



ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2013 - ANO XXXII, NÚMERO 1

CONCLUÍDO?

Bloco A da Moradia Estudantil, uma das principais ações de permanência da UFSC, aparece como pronto no site do Departamento de Obras, mas prédio está inconcluso

PÁGINAS 8/9

CONEXÕES

Ciência sem Fronteiras

Sobram vagas e MEC facilita intercâmbio de estudantes ao diminuir a nota mínima dos testes de proficiência em idiomas

PÁGINA 15

ZERO ENTREVISTA

Berthold Zilly

Professor convidado da UFSC trabalha na 2ª tradução para o alemão de "Grande Sertão: Veredas" de Guimarães Rosa

PÁGINAS 4/5

JORNADA

Antes da universidade

Cursos técnicos são uma boa opção para conhecer a área em que você quer trabalhar depois da faculdade

PÁGINA 3

A informação como bem público

Se pudéssemos resumir a prática da reportagem em três palavras diríamos que é a arte de selecionar, organizar e hierarquizar informações. E se considerarmos esse gênero nobre como alma do Jornalismo, então podemos entender o Jornalismo como a conjugação desses três fatores.

A prática da reportagem está gravada no DNA do Zero, há mais de 30 anos. Acrescentamos aqui outros desafios, na perspectiva de simular o mercado com os cuidados pedagógicos que o jornal requer: relacionamento com as fontes (um desafio humano permanente do e da repórter) e o rigoroso cumprimento do deadline — na eterna luta do texto contra o relógio. O resultado é uma narrativa que combina relato factual, interpretação e análise dos fatos.

Uma nova redação composta de 31 jovens talentos começa mais um ciclo do Zero. No horizonte, outra máxima da profissão: procure a verdade, apure até chegar a “melhor versão da verdade” e depois, publique-a. Sobre esse conceito tão basilar da profissão, escreveu o decano Audálio Dantas: “Talvez seja a grande angústia do repórter procurar essa verdade, de tentar não levar adiante, não transmitir uma coisa que ele não tem certeza de que é verdadeira, porque senão ele está traindo àqueles que garantem o ganha-pão dele, que é aquele que consome a informação”.

No caso deste jornal laboratório, que pretende dialogar com um público

jovem universitário, das diferentes instituições de ensino, públicas e privadas da Grande Florianópolis e de Santa Catarina, nos movemos pela noção mais ampla de defesa dos interesses públicos.

No cardápio desta edição de estreia da nova redação, entre outras coisas, o leitor vai encontrar matérias sobre temas como o programa Ciência sem Fronteiras (do governo federal); a repercussão na vida noturna de Florianópolis da tragédia na boate Kiss, em Santa Maria (RS), que aconteceu no começo do ano. Nas centrais, uma reportagem de fôlego sobre as chamadas “políticas de permanência” da UDESC e UFSC, evidenciando a insuficiência de recursos destinados aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica; na seção Zero Entrevista, uma conversa inusitada com o professor visitante da UFSC, Berthold Zilly, que traduz para o alemão um clássico da literatura brasileira — “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa.

Outros temas também mereceram o esforço de reportagem da nossa equipe, tais como: esportes para cadeirantes; a importância de fazer o backup de seu computador; os tratamentos alternativos de combate ao câncer; o novo fôlego do movimento dos ciclistas em Florianópolis; a nobreza do trabalho de

voluntários que acolhem cães e gatos abandonados nas ruas da Capital e o gesto solidário de uma doceira na periferia de São José.

Um valor estratégico que legitima o Jornalismo, como forma social de conhecimento, é conceber a informação como bem público de primeiríssima necessidade à vitalidade democrática da sociedade contemporânea. Sem a prática das liberdades de expressão e de imprensa a democracia não é digna desse nome. Ao conectarmos práticas do mercado com o zelo pedagógico que envolve a orientação de dois professores e um estagiário de docência, reafirmamos nossa crença de que a prática jornalística, além de ser jogo de equipe, deve ser uma simbiose profunda entre teoria e prática, ética e compromisso com o interesse público.

São esses valores que inspiraram, há mais de três décadas o Zero, um espaço de formação de jovens e talentosos repórteres, espalhados pelas diferentes redações e espaços de trabalho, em Santa Catarina, no País e no Exterior. Boa leitura!

Nesta edição, temos também a estreia de um novo ombudsman. Trata-se de um dos maiores nomes do jornalismo catarinense: Mário Pereira. Seja bem-vindo, maestro!

Procure a verdade, apure até chegar a melhor versão e depois, publique-a

OPINIÃO

Onde o leitor tem voz

Senhores Professores,

Acuso o recebimento e agradeço a gentileza da remessa do exemplar da edição a seguir enunciada do jornal Zero e felicito essa instituição pela qualidade da publicação.

• Ano XXI, número 4, dezembro de 2012.
Com as expressões do nosso apreço, firmo-me
Cordialmente

Maurício Azêdo

Presidente da Associação Brasileira de Imprensa

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - zeroufsc@gmail.com

Telefone - (48) 3721-4833

Twitter - @zeroufsc

Cartas - Departamento de Jornalismo
Centro de Comunicação e Expressão
UFSC - Trindade Florianópolis (SC)
CEP: 88040-900

OMBUDSMAN

Mário Pereira*

Ética do jornalista é a do cidadão

Sou jornalista há muito tempo. Mais tempo do que gosto de admitir. Tornei-me jornalista por obra do acaso. Certa feita, alguns dias depois de me formar em Direito, encontrei meu saudoso amigo Paulo Amorim na Rua da Praia, em Porto Alegre. Convidado por Ary de Carvalho, então dono do jornal, ele acabara de assumir a direção de Zero Hora. Acompanhei-o até a redação.

Ela ficava no andar de cima do prédio do antigo Cinema Rex, na Rua Sete de Setembro. Aquela foi a minha primeira redação. Os tempos não eram “saudáveis” ao exercício do jornalismo. Anos 1970, o regime militar, a censura...

Desde então, ocupei todas as funções possíveis da profissão que abracei naquele dia. Fui repórter, redator, editor, secretário de redação, editor-chefe, diretor de redação e diretor-geral de outros jornais na minha terra natal, no Rio de Janeiro e em Florianópolis.

Fiquei surpreso e honrado com o convite para ser ombudsman do Zero. Eis uma função que nunca ocupara antes. Prometo esforçar-me para bem exercê-la e colaborar para a formação de meus futuros colegas. Creio que minha experiência de mais de 15 anos como professor de Redação Jornalística e Edição será útil para esta empreitada.

Aproveito esta apresentação para lembrá-los que o (bom) jornalismo além de paciência, senso de observação, agilidade, texto claro e direto (no padrão culto da língua) exige pesquisa e atualização constantes. E também um pouco de sorte...

Permito lembrar-lhes, também, que só escreve bem quem lê muito e lê bem. A leitura é instrumento permanente de aperfeiçoamento profissional. Preocupa-me constatar a escassez de leitores entre os jornalistas que estão chegando às redações hoje, e acredito que este é um dos fatores que levam ao festival de erros, tanto de ortografia quanto de construção frasal, e aos textos abomináveis de muitos jornais.

Finalmente, julgo ser este, também, o espaço apropriado para falar sobre o problema da ética profissional. Muitos jornalistas julgam-se detentores de um poder que lhes permite passar ao largo da verdade e moldar os fatos aos seus interesses próprios ou aos interesses de suas empresas.

Quem até agora melhor colocou o problema da ética profissional foi Cláudio Abramo, no seu livro A Regra do Jogo (Companhia das Letras, 1988). Cito: “Não existe uma ética específica do jornalista. Sua ética é a mesma do cidadão. Suponho que não se vai esperar que, pelo fato de ser jornalista, o sujeito possa bater carteira e não ir para a cadeia. Nós não temos licença especial, dada por um xerife sobrenatural para fazer o que quisermos. O jornalismo é um meio de ganhar a vida, um trabalho como outro qualquer, é uma maneira de viver. Não é nenhuma cruzada. Para trabalhar em jornal é preciso fazer um armistício consigo próprio.”

Não sei se exagerei na dose acima. A intenção foi revelar algo sobre quem é e o que pensa este calejado profissional, que se mantém na ativa depois de tanto tempo porque ama seu trabalho e dele muito se orgulha. Apesar de tudo.

Agradeço aos professores do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina a oportunidade de dar minha modesta colaboração à formação de seus alunos. Prometo dar o melhor de mim para não decepcioná-los. E vamos em frente.

*O jornalista Mário Pereira é editor de Opinião do Diário Catarinense e foi eleito em 2008 para a cadeira nº8 da Academia Catarinense de Letras.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXII - Nº 1 - Abril de 2013 **REPORTAGEM** Aline Ribeiro, Ana Paula Mendes, Bianca Amorim, Brenda Thomé, Bruno Batiston, Camila Hammes, Carolina Lisboa, Emanuelle Nunes, Fernanda Ferretti, Fernanda Pessoa, Francisca Nery, Jéssica Trombini, João Schmitz, Júlia Lindner, Julia Vieira, Laís Souza, Marcela Borges, Mariana Moreira, Merlim Malacoski, Nayara Oliveira, Pâmela Carbonari, Paula Salvador **EDIÇÃO** Alexandre Brandão, Ana Paula Mendes, Bianca Amorim, Carolina Lisboa, João Schmitz, Marília Marasciulo, Merlim Malacoski, Stefany Alves **EDITORIAÇÃO** Alexandre Brandão, Ingrid Fagundez, Emanuelle Nunes, Lucio Baggio, Luisa Pinheiro, Merlim Malacoski **FOTOGRAFIA** Brenda Thomé, Camila Hammes, Laís Souza, Marcela Borges, Mariana Moreira, Pâmela Carbonari, Thayse Stein **CAPA** Ingrid Fagundez **INFOGRAFIA** Lucio Baggio **APOIO** Elaine Manini, Luiza Martin, Samira Moratti (NAPG/Pos.Jor) **PROFESSORES-RESPONSÁVEIS** Ângelo Ribeiro 6504/27/26vRS e Samuel Lima MTb/SC 00383 **MESTRANDO EM ESTÁGIO DOCÊNCIA** Lucio Baggio **MONITORIA** Ingrid Fagundez, Luisa Pinheiro **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 18 de abril

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-
RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

Baixo salário esvazia mercado de trabalho

O Mapa do Emprego na Indústria 2012, da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), estimou que o setor necessitará de sete milhões de profissionais de nível técnico nos próximos três anos. Em outras áreas, como a Enfermagem, o déficit de funcionários se deve não à falta de profissionais formados, mas às condições de trabalho e aos baixos salários oferecidos pelos empregadores.

Um estudo divulgado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 2012 mostra que, nas 21 profissões técnicas em que há maior demanda por profissionais no setor industrial, os salários iniciais chegam a pouco mais de dois mil reais. Na enfermagem, profissionais desse nível ganham, em média, mil reais.

Os cursos técnicos em Enfermagem do estado formaram 3,3 mil novos profissionais em 2012, segundo dados do Conselho Regional de Enfermagem (COREN) de Santa Catarina. Esse número evidencia, para Felipa Rafaela Amadigi, presidente do COREN/SC, que não faltam profissionais formados, mas condições de trabalho que sejam atraentes aos técnicos. “Enquanto o mercado de trabalho não reconhecer os profissionais haverá esse déficit”. Amadigi avalia que a falta de regulamentação provoca essa situação, pois não existe piso salarial para a área de enfermagem nem uma padronização em sua jornada de trabalho.

Ariana Chaves, 27, é técnica em enfermagem há dois anos e nunca trabalhou na área. Ela conta que não faltaram oportunidades, mas que nenhuma delas lhe ofereceu mais do que ganha como recepcionista de uma clínica médica em São José. “A profissão exige muito, é uma dedicação extrema ao paciente e, mesmo assim, não há reconhecimento salarial”. Chaves trabalha hoje em horário comercial, de segunda à sexta-feira, enquanto a maioria das oportunidades como técnica em enfermagem ofereciam, além de baixos salários, regimes de plantão que chegavam a uma jornada de até 46 horas semanais.

No dia nove de abril, 10 mil pessoas, segundo a Polícia Militar do Distrito Federal, marcharam pela Esplanada dos Ministérios reivindicando a aprovação do Projeto de Lei 2295/00, que deve regulamentar a jornada de trabalho dos profissionais de Enfermagem. Dirigentes do COREN/SC asseguram que sem isso, os empregadores aplicam jornadas entre 36 e 46 horas semanais, e apostam na aprovação do projeto para resolver o problema.



Fazer curso técnico em edificações no IFSC ajudou Mariana Duarte a decidir pela graduação em Engenharia Civil e desistir da Arquitetura

Curso técnico direciona profissionais na escolha da formação acadêmica

Além de desenvolver aptidões, desperta maior interesse pela carreira

Com um currículo voltado para a prática, os estudantes de cursos técnicos têm a chance de desenvolver suas aptidões profissionais, o que pode provocar um interesse maior em relação à carreira e conduz o aluno a seguir os estudos em um curso superior na mesma área. É a prática da educação continuada, diz o Diretor de Ensino do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Santa Catarina, Sérgio Roberto Aruda. Para ele, o caminho de um curso técnico para o superior leva o aluno ao aprimoramento e atualização profissional ao longo de sua carreira.

É o caso de Mariana Duarte que, aos 23 anos, vai prestar vestibular para Engenharia Civil — embora tenha passado por momentos de dúvidas: aos 17 anos, queria Arquitetura. Como não foi aprovada no primeiro vestibular, amigos e profissionais da área sugeriram que fizesse um curso técnico em Edificações. Passou na seleção do Instituto Federal Santa Catarina (IFSC) e, durante o curso, pode conhecer melhor a área, principalmente através dos estágios e das disciplinas voltadas

à construção civil. Hoje, formada há oito meses, trabalha na supervisão de obras. Ao final do curso, Duarte havia definido qual profissão iria seguir — de Arquitetura, mudou para a Engenharia Civil. “O curso técnico ajudou na minha escolha e sei que fará diferença quando cursar Engenharia”, acredita.

A dúvida em relação a qual profissão seguir pode surgir em qualquer fase da vida, não somente no momento da inscrição do vestibular. Para evitar surpresas e frustrações, os cursos técnicos, com currículos que valorizam a prática e altos índices de empregabilidade, podem ser uma boa opção aos indecisos. De acordo com dados do SENAI de Santa Catarina, 88% dos profissionais formados na instituição entram no mercado de trabalho já no primeiro ano após a formatura.

A psicóloga Marúcia Patta Bardagi, do Laboratório de Informação e Orientação Profissional da UFSC, explica que o trabalho de orientação pode ser desenvolvido tanto na adolescência quanto na fase adulta. “Muitas vezes a insatisfação em relação à carreira só é vista quando a pessoa se depara com o

mercado”, explica. Em sua opinião, o ideal seria oferecer o serviço de orientação profissional no ensino médio, evitando que a escolha fique para o momento da inscrição no vestibular. O principal benefício seria uma decisão sem ansiedade, mais cautelosa.

Escolher a profissão só com base no mercado de trabalho é arriscado

A psicóloga esclarece que escolher a profissão baseando-se apenas no mercado de trabalho — empregabilidade e salários — é um risco. “As oportunidades que uma carreira oferece hoje podem ser muito boas, mas o que garante que quando o estudante estiver formado, o cenário será o mesmo?”

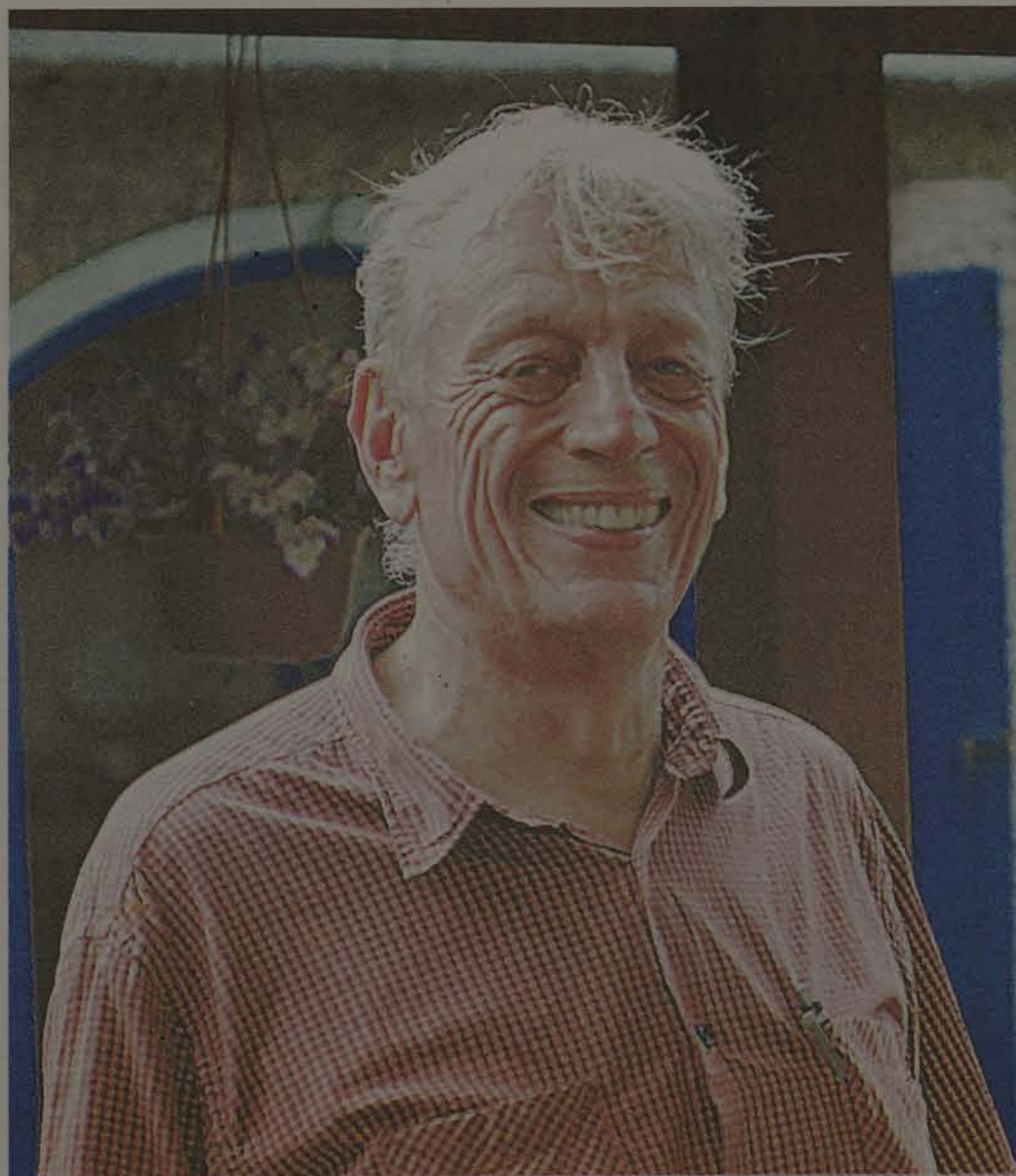
Aos 25 anos, Larissa Feltrin é formada em Letras e em um curso de comissários de voo. Enquanto aguardava há dois anos por uma oportunidade

na aviação, a jovem de Criciúma fez um curso de Autocad. Hoje trabalha na empresa de engenharia da família e considera cursar Medicina.

Ela optou pelo curso de comissários quando a aviação vivia uma fase de forte contratação. Entre julho de 2010 e o final de 2011, só a TAM, maior empresa aérea do país, contratou cerca de dois mil tripulantes. Foi quando Feltrin resolveu iniciar sua formação. Seis meses depois encontrou outra realidade: mercado saturado e previsão de demissões.

A psicóloga Bardagi ressalta que a falta de empregos e de informações sobre os cursos é uma das principais razões que fazem o aluno se desinteressar pela área escolhida. Ela acrescenta que conhecer a profissão e o que a carreira pode oferecer são pontos essenciais a se considerar na hora da decisão. “Boas oportunidades existem em todas as áreas, basta trabalhar a instrumentalização disponível para se encaixar profissionalmente na carreira escolhida.”

João Schmitz
joaaschmitz@gmail.com



É com um olho na tela do computador e outro na praia da Barra da Lagoa, que Berthold Zilly traduz para o alemão a obra-prima de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*. O professor germânico, convidado do Curso de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da UFSC, é um grande conhecedor da cultura brasileira e, durante quase dez anos, traduziu *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. O tradutor concedeu ao *Zero* uma entrevista na qual falou sobre as dificuldades que enfrenta na tradução de obras de grandes autores brasileiros, o seu interesse pela cultura latino-americana e sua primeira visita ao Brasil durante a década de 1960 – logo após o AI-5. Naquela ocasião, ele ficou preso um dia e uma noite no Presídio Tiradentes, em São Paulo (SP).

O universo de Guimarães Rosa para o alemão

Professor germânico prepara tradução mais fiel ao estilo peculiar de *Grande Sertão: Veredas*

Como surgiu seu interesse pela cultura latino-americana?

Começou quando eu era estudante na França. Eu estudava como matéria principal língua e literatura francesa. Na época, quem estudava literatura francesa tinha que estudar também outra língua românica. Por causa de amigos brasileiros que conheci lá, eu descobri o português e tive maior contato com filmes e livros brasileiros. Em 1966, fui com eles para Lisboa fazer um curso de férias e comecei a namorar uma brasileira. Assim começou meu interesse intelectual pelo cinema, pela literatura e também pela política brasileira. Alguns anos mais tarde, em 1968, eu vim com outro grupo de estudantes para o Brasil, a fim de estudar a realidade social e política do país. As ditaduras pelas quais os países latino-americanos passavam, a violação dos direitos humanos, a inexistência de sindicatos livres e de direitos constituídos para as classes mais subalternas era um problema para os jovens europeus mais politizados. Também buscávamos entender o motivo que fazia nossos governos democráticos, relativamente ricos, que pregavam ideais iluministas e liberais, ajudarem tanto esses governos ditatoriais.

Você acha que os jovens de hoje em dia estão acomodados com a situação política-social dos países em que vivem?

Não só os jovens. Até os antigos partidos de esquerda, por exemplo, e também em outros países como Nicarágua, Argentina, entre outros. Depois das ditaduras, algumas vezes ex-guerrilheiros chegaram ao poder e se acomodaram, fizeram um pacto com as antigas elites e, pelo menos parcialmente, abandonaram seus ideais de justiça social. Talvez por uma espécie de realismo e pragmatismo, já que não dá para fazer uma reforma radical e muito menos uma revolução, então que façamos pequenas reformas. É uma pena, mas talvez seja inevitável.

O senhor veio várias vezes ao Brasil, inclusive em uma das ocasiões foi preso. Quando foi isso e quais eram as acusações?

Nenhuma. Em uma ditadura, não precisa de acusações para ser preso. Não há regras, ou se há, a mesma ditadura pode revogar essas regras. Eu estava pela primeira vez no Brasil, estava em São Paulo, era outubro de 1968. Eu tinha recém feito algumas amizades com estudantes da Universidade de

São Paulo (USP), que se ofereceram para eu morar com eles no Conjunto Residencial da USP (CRUSP). Aí aconteceu o AI-5, os militares achavam que o CRUSP era o "antro da subversão", então o exército, no meio de uma madrugada, resolveu entrar no conjunto e

A ditadura nos países latinos era um problema para os jovens europeus mais politizados

prender todos que moravam ali, inclusive eu. Fomos levados em ônibus e caminhões até o presídio Tiradentes, que era um presídio muito mal-afamado, onde até a presidenta Dilma Rousseff ficou presa. Eu permaneci lá durante um dia e uma noite. Até onde eu sei, a maioria dos estudantes foi liberada logo depois, porque as pessoas que o governo realmente procurava, os mais ativos politicamente, já tinham fugido para outros lugares.

O senhor disse que para conhecer um país é preciso conhecer sua

área mais problemática. No caso do Brasil, podemos dizer que o sertão é uma dessas áreas. O que podemos aprender sobre o Brasil a partir do estudo desta região?

Eu creio que é um princípio de qualquer área do saber que, para entender algo, é muito útil examinar casos extremos. E quando se analisa uma sociedade, o que chama atenção para o trabalho cognitivo é não estudar somente a normalidade que, nesse caso, seria o eixo Rio de Janeiro - São Paulo, mas as regiões mais problemáticas, onde há mais pobreza, criminalidade,

falta de justiça, entre outros aspectos. Naquele tempo, existiam duas grandes linhas de explicação das diferenças de desenvolvimento, portanto, abordagens teóricas, políticas, sociológicas, econômicas para explicar porque certas regiões são desenvolvidas e outras relativamente pobres, com deficiências em todos os sentidos. Uma dessas teorias era a teoria de modernização, que defendia que as regiões mais pobres precisavam passar pelo processo de desenvolvimento, imitando as nações mais ricas. A outra abordagem afirma que isso não adianta, porque



Interesse pela cultura brasileira veio através de amigos e de namorada

o subdesenvolvimento tem causas estruturais, então, no fundo, essas sociedades pobres não se tornariam ricas gradualmente. Eu acho que hoje as duas teorias têm alguma verdade. Ao mesmo tempo em que certas regiões têm um déficit de desenvolvimento e as regiões mais desenvolvidas podem servir como modelo, é preciso ver que determinado tipo de desenvolvimento realmente produz o subdesenvolvimento de outras regiões. Para mim foi importante entender isso. Então com o cinema de Glauber Rocha, um certo romantismo em volta da figura do cangaço, o sertão ficou uma paisagem mítica, em que se podia projetar o protesto social, ideias de libertação, resistência, simpatia com o povo humilde, a música popular...

O senhor fez a primeira tradução para o alemão de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e agora está trabalhando com a obra de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, que também fala do sertão. Qual a diferença dessas duas traduções? Quais as maiores dificuldades em traduzir do português para o alemão?

Há uma intertextualidade entre os dois livros e obviamente, há um diálogo entre as duas obras, também na cabeça do leitor. Uma das reações do povo para a miséria e para as dificuldades, tanto do clima, quanto do latifúndio, da injustiça etc é a religiosidade. Isso é muito interessante. Principalmente para o povo europeu, que mantém certa distância em relação à religiosidade. Quem lê *Grande Sertão: Veredas* se lembra naturalmente de *Os sertões*. Na Alemanha, isso não aconteceu, porque ninguém conhecia as duas obras, mas o tradutor precisa respeitar essas relações intertextuais. Por exemplo, se vários tradutores traduziram a palavra sertão de determinada forma, eu que cheguei mais tarde, em 1994, não posso inventar uma nova palavra alemã para expressá-la. Por isso, eu tenho que estudar essas traduções.

Em uma entrevista, o senhor falou que na língua alemã não existem

tantos sinônimos para a palavra "diabo" como em português. O vocabulário é um dos problemas que o senhor encontra na hora de fazer a tradução?

Isso é interessante, porque muitas vezes acredita-se que a cultura popular é uma característica mais forte do que a cultura erudita. Esse é um dos motivos pelos quais intelectuais patrióticos procuram o povo mais humilde, porque acham que as pessoas das grandes cidades são internacionalizadas demais. Euclides da Cunha tinha muito desse patriotismo. Algumas vezes isso pode até ser verdade, mas quando você olha muito bem, você vê que a cultura popular é, em grande parte, internacional também. Só que as mudanças e os intercâmbios internacionais são mais lentos. Então a cultura popular do sertão do tempo de Guimarães Rosa tinha elementos da cultura popular da Europa do século XIX. As armas e o catolicismo são características internacionais. Então eu estou me dando conta que até essas denominações para o diabo existem em outras formas, com outras palavras em quase todas as culturas. O tradutor precisa fazer pesquisas de etnografia e literatura comparadas.

Quase todas as traduções que estudo têm o problema de serem um pouco tímidas



"Quem conhece as duas línguas acha que a tradução anterior tem muitos méritos, mas também vários defeitos"



A tradução anterior de *Grande Sertão: Veredas* para o alemão, feita por Curt Meyer-Clason, contou com a ajuda do próprio Guimarães Rosa, através de cartas. O que sua versão trará de diferente?

Teoricamente, já existe uma tradução legível da obra, mas creio que várias traduções são necessárias, porque qualquer obra literária gera interpretações diferentes dependendo do leitor e do momento histórico em que se lê. Tradução é sempre uma interpretação também. Então assim como em *Grande Sertão: Veredas* você pode ter uma interpretação mais metafísica, exotérica e filosófica, você também pode fazer diversas traduções. No caso de Curt Meyer-Clason, todos que o conhecem, e conhecem bem as duas línguas, acham que a tradução tem muitos méritos, mas vários defeitos, não só linguísticos. Em muitos trechos ele simplesmente não entendeu, mas teve que traduzir e um tradutor precisa tentar entender tudo. Cada vírgula precisa ser interpretada e transmitida para outro idioma com a mesma interpretação. É um trabalho demorado, que exige muita perseverança, pesquisa e paciência. Eu diria que, em termos líquidos, Curt Meyer-Clason não levou mais de um ano para traduzir esse livro. É absolutamente impossível fazer um trabalho desses nesse tempo. Todavia, eu acho que a falha mais grave foi que ele não tentou transmitir para o alemão uma qualidade básica do estilo do Guimarães, que é a diferença entre o estilo dele e o português padrão. Guimarães inventa seu próprio português e sua própria sintaxe. Meyer cria um alemão bonito, sonoramente até tenta evocar as rimas, as aliterações,



Berthold Zilly acredita que toda tradução é sempre uma interpretação

mas no nível sintático, ele cria um alemão corriqueiro, cheio de provérbios. Nas correspondências trocadas, Guimarães insistia "por favor, nada de provérbios conhecidos e lugares comuns" e Meyer não respeitou esses pedidos. Guimarães queria que a tradução causasse uma sensação de estranheza, da mesma forma que o livro em português causa nos brasileiros.

Há quanto tempo o senhor está trabalhando na tradução de *Grande Sertão: Veredas*? Já tem alguma previsão para finalizar?

Faz mais ou menos um ano que comecei esse projeto. E olha, tem um prazo sim, que é em 2015, mas não tenho certeza se vou poder respeitar, mas vou tentar (*risos*). Espero que futuramente, eu consiga avançar mais rápido. É um trabalho muito difícil. Por isso que às vezes invejo Meyer e outros tradutores. Para fazer o meu trabalho, leio várias outras traduções, holandesa, italiana, francesa, espanhola. Quase todas as traduções que estudo têm o problema de serem relativamente tímidas em termos de transpor a qualidade estilística de

Guimarães Rosa. Com todos os atuais recursos, se eu trabalhasse como Curt Meyer-Clason, terminaria no fim desse ano. Mas quero ser mais ousado que todas essas outras traduções.

O que senhor pensa em fazer após terminar a tradução de *Grande Sertão: Veredas*?

Há muitos anos que eu quero escrever um livro em português sobre Euclides da Cunha e sobre o sertão. Tenho muito material sobre essa temática, mas ainda não sei. Tenho várias ideias. Queria escrever também sobre Lima Barreto, que é um escritor de quem gosto muito e tem um tema que me interessa muito, que é o da guerra na literatura. Talvez eu faça alguma coisa sobre isso, mas por enquanto estou ocupado e preocupado com Guimarães Rosa (*risos*).

Ana Paula Mendes
anapaulafmendes@gmail.com
Bianca Amorim
bianca.amorim.santos@gmail.com
Júlia Ayres
julia.ayres.vieira@gmail.com
Merlim Malacoski
merlimiriane@gmail.com



Alternativas na batalha contra o câncer

No hemisfério Sul, 80% da população já utilizou tratamento complementar

Quem conhece Gastão Cassel, 46 anos, dono de um sotaque marcante e um largo sorriso já-mais poderia imaginar que há oito anos passou por uma das experiências mais transformadoras. Em novembro de 2005, o jornalista recebeu o diagnóstico de que estava com o estágio mais elevado de linfoma de Hodgkin, um tipo de câncer que se origina no sistema linfático, responsável pela imunidade do organismo. Fisicamente debilitado em decorrência da quimioterapia e com poucas chances de sobrevivência, Cassel optou por romper com anos de formação materialista para procurar um tipo de tratamento complementar: a terapia espiritual. “Estava muito angustiado, com expectativas nada favoráveis. Precisei aceitar que a ajuda poderia vir por outro caminho”, revela. Esse caminho veio do Centro de Apoio ao Paciente com Câncer (CAPC), ligado ao Núcleo Espírita Nosso Lar (NENL), e de sessões de acupuntura.

Assim como ele, milhares de pacientes em todo o mundo também utilizam as terapias alternativas e espirituais de maneira complementar ao tratamento convencional, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, a OMS. Entre os anos de 2002 a 2005, esse índice chegava a 80% das populações do Sul, incluindo a América Latina. Curado, Cassel comemora o novo estilo de vida após o tratamento. “Adotei vários procedimentos diferentes para minha vida:

viajo mais, trabalho melhor, curto mais meu casamento, meus amigos, meus prazeres”. Hoje, ele atua como voluntário na mesma instituição que o ajudou, ministrando cursos, palestras e grupos vivenciais na unidade.

Nos Estados Unidos, a medicina alternativa complementar gera uma economia anual de 2,7 bilhões de dólares por ano. A fitoterapia, a massagem e a homeopatia são os tratamentos mais procurados, de acordo com a OMS.

Apenas no Brasil aproximadamente 60 tipos de terapias alternativas são oferecidas. Elas abrangem a massoterapia, a meditação, o shiatsu e a acupuntura, elementos ligados à medicina chinesa. Tratamentos mais polêmicos como a naturopatia, feita através de métodos naturais, incluindo a fitoterapia, que utiliza plantas medicinais e produtos derivados, não ficam de fora dessa lista, assim como, a homeopatia de Samuel Hahnemann e os florais do Dr. Edward Bach.

“Mas é importante tomar cuidado”, alerta o presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, Vicente Pacheco de Oliveira, “sobretudo com os medicamentos comercializados via internet, ditos milagrosos e curativos, que não apresentam nenhuma comprovação médica ou eficácia reconhecida pelos órgãos competentes, e por isso ferem princípios do Código de Ética Médica”.

Emanuelle Nunes

emanuelle_mnunes@yahoo.com.br



Macas, jalecos, máscaras e toucas reproduzem um hospital convencional

Medicina espiritual prepara paciente para intervenção cirúrgica

O ambiente lembra um hospital, com pacientes deitados em macas, situadas uma ao lado da outra, pessoas em pé vestidas de jalecos, toucas, e máscaras cirúrgicas. Na parede uma enorme pintura de um homem com os braços abertos e mãos estendidas nos faz perceber que não estamos em um local recorrente. Esse é o cenário da sala de cirurgia espiritual do Centro de Apoio ao Paciente com Câncer, ligado ao Núcleo Espírita Nosso Lar de Florianópolis. A unidade, localizada no Ribeirão da Ilha, atende semanalmente cerca de 150 pessoas que, no momento mais desafiador de suas vidas, procuram mais do que um suporte, uma razão para continuar a luta pela sobrevivência.

A instituição que existe há 15 anos é mantida através de doações mensais e do trabalho voluntário de cerca de 420 pessoas. Elas são treinadas para a aplicação de vários tipos de terapias, como a cromoterapia, a massoterapia, a reflexologia, além da ministração dos florais de Bach, atendimento aos familiares e aos pacientes oncológicos.

O centro realiza apoio gratuito e exige que as pessoas levem os exames médicos comprobatórios da doença para serem atendidas. O tratamento é feito por etapas e começa com a internação do paciente na unidade durante uma semana, quando são oferecidas palestras e feitas as terapias complementares, também chamadas de terapias vibracionais. Elas são responsáveis pelo procedimento pré-operatório da cirurgia espiritual que não realiza nenhum tipo de intervenção física.



Há 15 anos, Centro realiza apoio gratuito e exige os exames médicos comprobatórios

Para Gastão Cassel, a cirurgia no CAPC é “algo sublime, o ápice de um tratamento de uma semana. É tudo muito sereno e brando, um momento emocionante e inexplicável. Eu me encontrei em estado de completa entrega, receptivo às boas energias que podia sentir. No dia seguinte, mesmo sem ter sofrido nenhuma incisão ou perfuração, tive a sensação física de uma cirurgia”.

Após a internação, o paciente continua com as outras etapas do tratamento, tomando os florais de Bach, frequentando as palestras, os grupos vivências e as outras atividades oferecidas na instituição. “O CAPC é um lugar especial. Não sei se lá cura alguém, mas tenho certeza que habilita as pessoas a se curarem. Lá aprendi muito sobre amor. O foco não é a doença, mas a pessoa que a está suportando”, complementa Cassel. “O CAPC me ajudou a ser um cara melhor”.

Especialistas alertam para perigo de uso de plantas medicinais

“Se um dia você ouvir que foi encontrada a cura do câncer, não leve a sério”, alerta o médico Drauzio Varella em seu site. Mas, milhares de páginas na internet dizem o contrário, induzindo o internauta a acreditar não apenas que essa cura existe, mas que pode ser fabricada a partir de receitas de plantas como a babosa, graviola, aloe vera e camomila, que, conforme comprovação científica, contém alto teor toxicológico.

A farmacêutica Rita de Cássia Franz Vieira pesquisou a influência das plantas fitoterápicas nos medicamentos contra o câncer em pacientes do Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon), referência nacional, e verificou que dos 235 entrevistados, 58% utilizam as ervas medicinais. Desse levantamento constatou-se que as mulheres entre 41 a 60 anos lideram esse ranking, representando 72%. A indicação do uso, segundo a pesquisa, vem de pessoas, amigos, familiares e outros pacientes.

Como aconteceu com a jornalista Giovana Damaceno, que passou por um câncer de mama em meados de 2009, e recebeu vários “conselhos” para ajudá-la no tratamento quimioterápico. “Houve muitas tentativas de interferência de pessoas ‘amáveis’, que queriam ajudar de alguma forma, e me aconselhavam tomar de tudo. Desde a babosa que, diziam, auxiliaria na cura, como chás de todo tipo para abrandar os enjoos da quimio[terapia], e receitas infalíveis para evitar a anemia. Preferi não aceitar, pois tinha medo de que alguma substância desconhecida reagisse negativamente. Penso que não errei”, conta.

Para o presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC/SC), Marcelo Antonio Ceron, “o fato dessas plantas e seus derivados serem naturais não significa que não possam causar intoxicação. Algumas delas causam alterações graves no funcionamento do fígado. Outras podem cortar o efeito benéfico da quimioterapia”, ressalta.

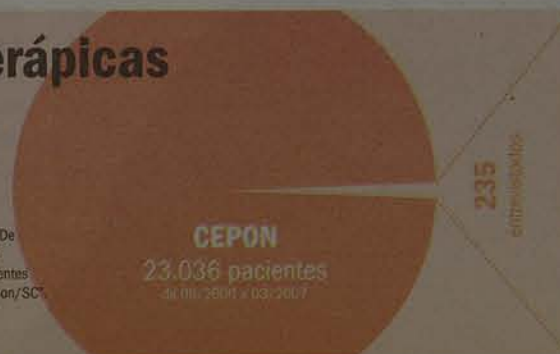
Apesar do crescente número de usuários das terapias alternativas no Brasil, a OMS verificou que os países onde há maior reincidência de pessoas que sofreram efeitos colaterais provocados pelo consumo dessas ervas, são Alemanha (20%), Estados Unidos (17%) e Reino Unido (12%).



Terapias fitoterápicas

Veja quem usa e quais as plantas e produtos são mais procurados

Fonte(s): Rita de Cássia Franz Vieira. “Estudo Do Uso De Plantas Medicinais E/ Ou Produtos À Base De Plantas Medicinais Como Tratamento Complementar, Por Pacientes Atendidos No Centro De Pesquisas Oncológicas – Cepon/SC”.



58% utilizam plantas medicinais junto com o tratamento convencional. Deste índice 72% são mulheres
41% não utilizam



Os mais procurados:

- 1 Babosa (80 utilizações)
- 2 Camomila (44 utilizações)
- 3 Graviola (42 utilizações)
- 4 Ipê-Roxo (20 utilizações)
- 5 Bálamo da Amazônia Ômega 3 (13 utilizações)

Nos detalhes: ① Babosa / ② Camomila / ③ Graviola

Esportes sobre rodas ganham destaque em SC

Atletas portadores de deficiência são pré-convocados para a Seleção Sub-23 de Basquete

Nos 28 metros de comprimento da quadra, 10 atletas deslocam-se com rapidez. A bola quica, o pivô grita pedindo a bola, uma cadeira se choca com a outra, o apito soa sinalizando a penalidade. O barulho agudo do atrito dos tênis dos jogadores correndo pela quadra, aqui, não existe. Foi substituído pelo som das mãos ágeis que se movem no entorno das duas rodas, demonstrando força e garra ao longo dos 40 minutos de jogo.

Competir sentado em uma cadeira de rodas pode não ser a maior dificuldade para quem já nasceu projetando no equipamento uma das únicas formas de mobilidade. Enquanto para Silso Brandão, vítima de poliomielite – paralisia infantil – aos oito meses, a dificuldade foi conciliar o esporte com as limitações motoras, para o atleta Filipe Broetto, a novidade foi acostumar-se a ficar amarrado à cadeira apenas para poder entrar em quadra.

Broetto não é tetraplégico nem paraplégico. Não foi alvo da poliomielite e nem mesmo depende de muletas ou próteses. Nasceu com um encurtamento de cinco centímetros na perna direita e sentia dores durante a infância. Aos 14 anos, em Concórdia, onde nasceu, percebeu que não adiantava mais tentar correr como os outros meninos, não conseguia mais acompanhar o

ritmo do futebol e, a partir daí, passou a respeitar seu limite.

Junto a Pablo Felipe Silva, da equipe da Organização para o Movimento e o Esporte Adaptado (OMDA), é um dos dois catarinenses pré-convocados para a Seleção Brasileira Masculina Sub-23 de Basquete em Cadeira de Rodas. Broetto, pivô do time Águias de Concórdia, se reúne com outros 18 atletas em São Paulo, onde treinam para conquistar uma das 12 vagas do time principal que irá para a Argentina, em outubro, jogar o Parapanamericano Juvenil. E, quem sabe, compor o time principal da Seleção Brasileira.

A formação dos times é determinada pela classificação funcional. Os atletas são nivelados de acordo com a gravidade de suas lesões. Os índices variam de 1,0 a 4,5. Quanto mais grave a lesão, menos pontos. A soma das classificações funcionais dos jogadores em quadra não pode ultrapassar 14 pontos. Porém, quando há jovens de 13 a 18 anos, eles ficam com um ponto reduzido de sua classificação – exceto os que são 1,0 e 1,5, que ficam registrados como 1,0. E quando há uma ou mais mulheres na equipe, o total de pontos sobe para 15. Broetto é 4,5: possui mobilidade nos membros inferiores e superiores e sua lesão é considerada leve.

Aos 20 anos, está no começo da carreira, diferente de Silso Brandão que,



Filipe Broetto, pré-convocado para a Seleção Sub-23 de Basquete, treina para garantir vaga no time principal

em 31 anos jogando, acumulou três medalhas de ouro em campeonatos brasileiros e é considerado veterano. São 49 anos, dedicados ao basquete adaptado, casamento, dois filhos e à mudança de Curitiba para Florianópolis em 2008, quando foi convidado a jogar pela Associação Florianopoli-

tana de Deficientes Físicos (Aflodef), onde também trabalha na oficina de cadeira de rodas.

O time é financiado pelo governo catarinense e por empresas privadas, que tornam possível a compra de cadeiras adaptadas (avaliadas em mais de R\$2 mil cada) e viagens. O foco

são os jogos em outubro da terceira divisão do Campeonato Brasileiro, sediados em Recife. As competições nacionais são promovidas pela Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas (CBBC), que possui atualmente cerca de 1200 atletas e 95 clubes cadastrados.

Veterano Silso Brandão pratica o esporte e trabalha com o conserto de cadeiras utilizadas por jogadores de basquete da Aflodef



Mariana Moreira/Zero

Thayse Stein/Zero



José Raul Guenther se prepara para um de seus quatro treinos semanais. A meta do jogador de rugby são as Paralimpíadas

Rugby motiva reinserção de jovens

Jogadores quebram barreiras e sonham com as Paralimpíadas

Criado nos Estados Unidos a partir dos 11 anos, Joe Soares teve poliomielite e perdeu as pernas. Descobriu o basquete adaptado e, mais tarde, o rugby. Essa história é contada, paralelamente a de outros atletas, no documentário *Murderball – Paixão e Glória*, que vai além da superação através do esporte, mostrando a vida ativa dos deficientes.

No hospital Sarah de reabilitação, em Brasília, o catarinense José Raul Guenther, 20 anos, assistiu ao filme, se apaixonou pela agressividade das cadeiras e resolveu treinar assim que voltou para Florianópolis. Vítima de acidente de carro em 2007, ficou tetraplégico e enfrentou sete meses de hospital. "Tive muitas dúvidas, não sabia o que ia acontecer, se ia poder estudar, frequentar festas, namorar. O esporte é um jeito completamente oposto de como veem a deficiência. Não é só inclusão social, o rugby me traz muita força para fazer as coisas sozinho."

A forma como enxerga a situação se aproxima da linha de estudos de Adriano Nuernberg, psicólogo especialista em deficiência, que interpreta a limi-

tação física não como tragédia pessoal, mas como experiência. Assim, o papel do esporte vai além da socialização. "Para alguns homens que adquiriram uma deficiência física, ou mesmo que seja congênita, o esporte é uma reinserção no mundo masculino, ele deixa de ser passivo e passa a ter força, ser capaz de competir."

Como o rugby adaptado é recente no Brasil, Guenther não encontrou nenhuma equipe, então começou a praticar basquete com o time da OMDA, na Unisul, onde estuda Direito. Em 2008, ele e o colega Rafael Hoffmann criaram um time de rugby. No início, o investimento financeiro pessoal foi grande, mas agora Guenther recebe apoio do Bolsa Atleta e já participou do Campeonato Brasileiro e dos Jogos Parapanamericanos. Neste ano, junto de Hoffmann, foi convocado para a Seleção Brasileira.

A rotina de treinos de Guenther é intensa. São quatro dias por semana, na quadra e na academia. No jogo oficial, são quatro titulares que somam até oito pontos na classificação funcional – que varia de 0,5 a 3,5. Atualmente, a Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de Rodas (ABRC) tem 17 filiados.

O esporte foi criado em 1977, no Canadá, e, pela agressividade, foi chamado de bola assassina (*murderball* em inglês).

A modalidade foi introduzida nas Paralimpíadas de 2000, mas o Brasil fará a sua estreia em 2016. Essa é a meta de Guenther, que também tem planos de seguir no Direito. Incentivo não falta: "tenho apoio da família, namoro, a vida está bem resolvida."

"Com o esporte, o deficiente deixa de ser passivo e passa a ter força, ser capaz de competir"

Adriano Nuernberg, psicólogo

Francisca Nery
nery.francisca@gmail.com
Mariana Moreira
rmoreira.mariana@gmail.com

Ações de permanência são insuficientes para atender alunos de baixa renda

Mesmo após comprovar situação de vulnerabilidade socioeconômica, estudantes ficam de fora dos programas de auxílio das universidades públicas e correm o risco de não concluir a graduação

Em 2008, quando chegou a Florianópolis com dinheiro para pagar apenas três alugueis, Maria Lauri Prestes não imaginava o que enfrentaria para ter um diploma. A jovem de Humaitá, no Amazonas, veio em busca de uma formação de qualidade e decidida a entrar na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Conseguiu um emprego e passou os três anos seguintes tentando ingressar na instituição.

Quando finalmente conseguiu a vaga no curso de Ciências Sociais, no segundo semestre de 2011, estava casada e trazia no colo Fernanda, nascida há três meses. No mesmo ano, sua filha mais velha, 12, que até então morava com os avós no Norte, veio para Florianópolis. Impossibilitada de conciliar trabalho, estudos e maternidade, precisou recorrer às políticas de permanência da instituição para conseguir se manter no curso.

Prestes é uma entre os 1.940 alunos que recebem algum auxílio da UFSC,

cujas políticas de permanência são baseadas em cinco pilares: alimentação, moradia, assistência estudantil, inclusão digital e auxílios financeiros. Essas políticas foram implantadas em 2008, com a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que repassa verbas às Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

No último ano, além dos R\$ 11 milhões em recursos do Ministério da Educação (MEC), a UFSC precisou investir oito milhões de reais de recursos internos para manter todos os benefícios: isenção do Restaurante Universitário, Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI), auxílio moradia, Moradia Estudantil, auxílio creche e Bolsa Permanência.

Atualmente, a filha mais nova de Maria Prestes está matriculada meio período no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e outro período na creche Flor do Campus, paga com os R\$ 350 recebidos do auxílio creche. Além dela, outros 39 estudantes, com filhos

em idade pré-escolar, também recebem o benefício até conseguirem vaga no NDI. Uma das principais conquistas do Diretório Central dos Estudantes (DCE), gestão Voz Ativa, foi o aumento de vagas para os filhos dos estudantes no Núcleo. "A direção do NDI queria transformar todas as vagas em sorteio. Depois de muita luta, conseguimos que 30% delas fossem reservadas para os filhos de estudantes de baixa renda", destaca Giovanni Simon, representante do Diretório. No último edital, 17 das 58 vagas foram abertas para esse fim. O DCE também discute a proposta de tornar efetivamente pública a Flor do Campus, que atua como creche privada dentro da universidade. "É melhor ter uma creche pública do que usar dinheiro público para pagar as creches privadas", defende Simon.

Camilla Hammes
camilla.hammes@gmail.com
Fernanda Pessoa
fpessoa@carvalho@gmail.com



Maria recebe auxílio creche mas tem dificuldade de conciliar estudos e maternidade



Bianca recebeu ajuda da UFSC durante o curso e hoje é residente no HU

Cotas aumentam busca por auxílio

Aprovados pela Nova Lei receberão assistência direto do MEC

Segundo dados da Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Ações Afirmativas (PAA), entre 2007 e 2012 o número de alunos provenientes de escola pública aumentou em 41% na universidade, com a reserva de 20% das vagas para esses alunos - além de 10% para negros, pardos e indígenas. No início deste semestre, a situação se acentuou - e deve seguir nesse ritmo - com a implantação da Lei 12.711/2012, conhecida como Nova Lei de Cotas, aprovada no ano passado. Agora, obrigatoriamente, metade das vagas destinadas a alunos de escolas públicas são dirigidas a aqueles com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo.

Mattei explica que os cerca de 580 calouros com esse perfil - que já comprovaram sua condição de vulne-

Quase mil alunos com cadastro aprovado não são beneficiados

abilidade - não serão integrados às políticas existentes. Eles receberão um cartão auxílio, direto do MEC. A estimativa é que os estudantes recebam o benefício (entre R\$ 400,00 e R\$ 450,00 mensais) a partir de maio. Além dos critérios socioeconômicos, é exigido que o aluno esteja matriculado em curso com carga horária diária igual ou superior a cinco horas.

Enquanto o benefício do MEC não chega, esses novos estudantes estão participando do processo de seleção de

cadastros e aguardam os novos editais para tentar conseguir as assistências da UFSC de forma provisória. A PRAE contava com o ingresso de 100 pessoas por cotas sociais, mas foram 600, o que gerou um acúmulo de cadastros para análise e, consequentemente, atraso na distribuição das bolsas.

Hoje, são 30.661 alunos matriculados regularmente na UFSC. Mais de três mil possuem o cadastro socioeconômico aprovado e, entre estes, cerca de mil não recebem os benefícios. Mattei acredita que não cabe à universidade resolver o problema de cada um, mas atuar para combater a desigualdade de renda. "A primeira função da universidade é proporcionar boa qualificação profissional, para que esses alunos voltem à sociedade preparados para sair da condição de pobreza."

DOMP divulga como concluída obra do bloco A

Construção, que tinha previsão de entrega para 2011, deve ser finalizada este mês

Durante a Semana dos Direitos Estudantis, realizada em dezembro do ano passado, o DCE fez uma carta de reivindicações, na qual apresentou, junto aos residentes da Moradia Estudantil, as irregularidades na construção do Bloco A. Segundo o site do Departamento e Obras e Manutenção Predial da UFSC (DOMP), a obra está concluída desde março de 2012. Em visita ao local, o Zero pode conferir que, na verdade, a construção ainda está em andamento. Conforme a Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), o novo prédio, que deveria ter sido entregue no final de 2011, deve ficar pronto ainda este mês.

De acordo com Ivan Gomes, que reside na Moradia e cursa a quarta fase de Ciências Sociais, uma reclamação antiga dos moradores era a falta de espaços de convivência. "Nesse prédio novo, eles estão começando a disponibilizar local para isso. Criaram uma sala de convivência e uma biblioteca recentemente." Outra questão que pode ser amenizada com inauguração do bloco é a falta de espaço. Nos antigos módulos, os quartos são divididos entre três estudantes. Ivan explica que uma das propostas feitas para a ocupação do novo prédio é realocar alguns residentes do prédio antigo para o bloco A, permanecendo apenas dois em cada quarto. O Pró-reitor de Assuntos



Em assembleia, PRAE e residentes discutirão a ocupação do novo prédio

Estudantis, Lauro Mattei, admite que não há nada definido e que, quando o novo prédio ficar pronto, será convocada uma assembleia com o Conselho da Moradia para discutir a sua ocupação. "Se os alunos quiserem reduzir, vão ter que assumir as consequências. Nós temos mil pessoas na lista de espera e eu não vou aceitar uma proposta que reduza o número de vagas."

A moradia abriga 150 estudantes

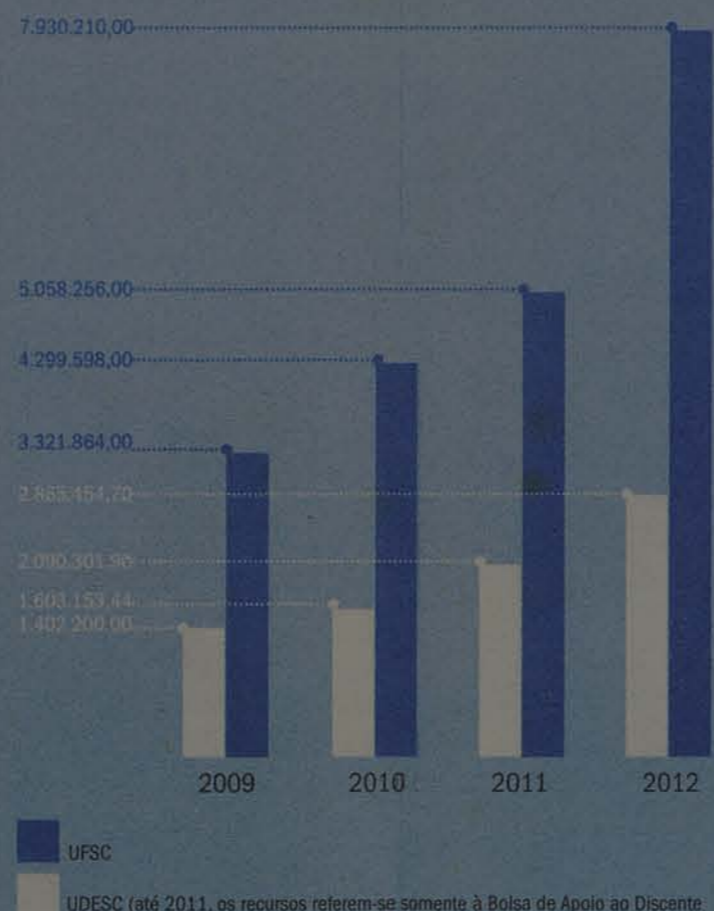
e, neste semestre, estão disponíveis apenas quatro vagas. Os que não conseguem esse benefício podem receber o auxílio moradia, no valor de R\$200 por mês, distribuído para 850 alunos com os cadastros socioeconômicos aprovados. Antes, a bolsa era paga de março a dezembro, mas, em audiência pública realizada no dia 22 de março deste ano, a PRAE anunciou a ampliação para todos os meses do

ano, assim como o aumento no valor da Bolsa Permanência e do auxílio creche. Uma das reivindicações do Movimento Estudantil era que a Bolsa Permanência fosse no valor de um salário mínimo e mais 10%, ou seja, R\$ 745,80. Mas o aumento anunciado foi de 7,65%, passando de R\$ 457 para R\$ 492 a partir de abril.

Uma das principais dificuldades apontadas pelos estudantes é a grande especulação imobiliária nos bairros próximos à Universidade. Bianca Jacqueline Ramos, natural de Blumenau, que ingressou no curso de enfermagem no segundo semestre de 2007, lembra da dificuldade em encontrar aluguéis por menos de R\$ 400. Sabendo que a família não teria condições de mantê-la integralmente, fez uma economia suficiente para sobreviver no primeiro semestre, mas caso não conseguisse nenhum auxílio da UFSC, precisaria abandonar o curso e voltar para casa. Hoje, Ramos é enfermeira residente em alta complexidade do Hospital Universitário, mas já chegou a vender bombons e docinhos para complementar a sua renda. Ela acha que valeu a pena ter corrido o risco: "Eu não me arrependo do que fiz. Depois de *perrengar* na graduação, agora eu levo uma vida extremamente boa e confortável. Sobre dinheiro", conta aliviada.

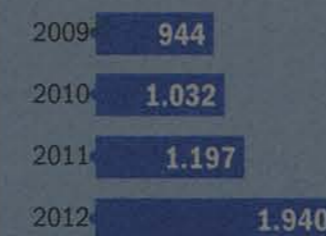
Números da UDESC e da UFSC

Dados relacionados à evolução dos recursos destinados aos programas de permanência dos alunos na UFSC e na UDESC ao longo dos últimos quatro anos. Na UFSC os recursos são referentes aos destinados à Bolsa Permanência. Na UDESC são recursos destinados ao PRAPE - Programa de Auxílio Permanência Estudantil e à Bolsa de Apoio ao Discente.



Alunos beneficiados na UFSC

Entre 2009 e 2012 a UFSC dobrou o número de alunos atendidos pelo Bolsa Permanência



UDESC sem previsão de novas bolsas

Último edital de cadastro socioeconômico foi no início de 2012

Na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) a situação é bem diferente da Federal. Sem Moradia Estudantil ou Restaurante Universitário, as únicas formas de apoio aos estudantes carentes são as bolsas. A UDESC possui o Programa de Auxílio à Permanência Estudantil (Prape) e a Bolsa de Apoio ao Discente.

O Prape integra duas formas de assistência: o auxílio moradia, no valor de R\$ 250 mensais, e o auxílio alimentação, de R\$ 200. O último edital para cadastro foi aberto no primeiro semestre de 2012, e foram trezentos pedidos para apenas 104 vagas. Há dois semestres sem abrir novas bolsas, e sem previsão de novo edital, o programa vem trabalhando apenas com as renovações de alunos já cadastrados. Entre os 11.554 alunos regularmente matriculados na UDESC, 46 recebem auxílio moradia, 38 recebem auxílio alimentação, e 116 recebem ambos. Para ter direito a qualquer um dos benefícios, o estudante deve apresentar cadastro socioeconômico que comprove situação de vulnerabilidade social.

A Bolsa de Apoio ao Discente beneficia aproximadamente 510 alunos com um valor de R\$ 360 mensais. Com vigência anual, a bolsa exige que o estudante dedique 20 horas semanais para exercer alguma atividade dentro da universidade. Uma das maiores cri-



Lanchonetes são as únicas opções

ficas dos alunos à bolsa é que muitas vezes o estudante acaba realizando atividades burocráticas, que nada acrescentam à sua formação acadêmica. Luiz Paiva, aluno da 6ª fase do curso de História e participante do Movimento Estudantil da UDESC, afirma que uma das principais reivindicações do Movimento é a conversão da bolsa de trabalho em áreas de pesquisa e extensão.

O pró-reitor de Extensão, Mayco Moraes Nunes, admite que muitos alunos acabam realizando atividades burocráticas, mas lembra que nem todos estão na mesma situação. "Os alunos também desenvolvem atividades em

sua área. A campanha do vestibular da universidade do ano passado, por exemplo, foi feita por quatro alunos do design gráfico, do laboratório LabDesign."

Outra questão que é historicamente pauta das reivindicações do Movimento Estudantil da UDESC é a abertura de um Restaurante Universitário. Depois de mais de 40 anos de manifestações, eles estão cada vez mais perto dessa conquista. "A obra do RU do campus Itacorubi está praticamente finalizada. A construção está dentro do cronograma e deve ser concluída no final deste primeiro semestre. Agora estamos fazendo os preparativos de licitação para os projetos complementares, que seriam o mobiliário, a estrutura básica de cozinha e tudo o mais", explica o pró-reitor.

Para Paiva, a situação é extremamente urgente, pois mesmo os alunos que recebem o auxílio de R\$ 200 não conseguem pagar a alimentação diária (em torno de dez reais) o que acaba tornando-se um dos motivos de abandono da graduação. O representante do Movimento Estudantil lembra que recentemente a situação se agravou com o fechamento do único restaurante do Campus, que ficava no Centro de Artes. "Hoje, nós não temos nenhum restaurante na universidade. O aluno vive de calzone".

Backup evita perda de arquivos importantes

Apesar de ser um procedimento simples, a cópia de segurança é subestimada por usuários

Muitos usuários de computador já se depararam, ao menos uma vez, com aquela incômoda tela azul que aparece de vez em quando, antes de entrar no sistema, indicando algum problema. Tantos estiveram também naquela situação complicada em que a máquina está funcionando normalmente e, de repente, pifa. Nessas horas, passam pela cabeça as fotos daquela viagem, os vídeos da formatura, os relatórios do trabalho... Toda essa memória que se costuma manter apenas digitalizada se vê ameaçada por um problema técnico.

Para evitar a perda de dados importantes, é necessária a prática do *backup*, uma cópia de segurança dos arquivos salvos em um computador. Como defende o especialista em informática Luiz Melo, da empresa Suporte Floripa, "a realização frequente de *backup* é indispensável a todos os usuários que trabalham com dados importantes". E pode ser bem mais fácil do que parece.

Segundo Melo, existem duas formas de se fazer o *backup*. Uma delas, mais simples, pode ser feita pelo próprio usuário, através de um dispositivo móvel de armazenamento de arquivos, como um *pen drive* ou um HD (*hard disk* ou disco rígido) externo. Ele exemplifica: "O usuário que queira deixar seus dados em segurança pode duplicá-los em um *pen drive* e, caso haja falha no computador, eles poderão ser facilmente recuperados".

Melo explica que outra forma de realizar cópias de segurança de dados importantes é através de servidores de *backup*. Este serviço é muito utilizado por empresas. Para que seja executado, depende de técnicos que implementem um servidor, com função de duplicar automaticamente os arquivos criados nos computadores conectados.

Moisés Lima Dutra, professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conta que ou-

tra tecnologia bastante utilizada por empresas para armazenar arquivos é conhecida como RAID (*Redundant Array of Independent Drives*, que, em português, significa Conjunto Redundante de Discos Independentes). Ela consiste em um sistema de discos que funcionam simultaneamente, replicando automaticamente os arquivos. Deste modo, caso haja algum problema que danifique algum dos discos, minimizam-se as chances de perda dos dados. O professor garante: esta é uma tecnologia cara, mas que se tornou bem mais acessível nos últimos anos.

Melo observa que nem sempre é possível prever um problema de funcionamento que vá comprometer o disco rígido do computador, onde se armazenam os arquivos. "Pode acontecer de uma hora para outra. Hoje está funcionando bem, amanhã não", alerta.

Bruno Batiston
brunobatiston@gmail.com



Temida tela azul é um dos sinais de que a herança digital está em risco

Panes atrapalham vida acadêmica

Juliana Frandalozo, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC foi vítima desse inesperado acontecimento. Ela estava utilizando o computador, até que começou a ouvir um barulho estranho na máquina. De repente, o sistema travou. Ela, então, tentou reiniciá-lo, mas tudo o que viu foi aquela tela azul. Pane!

Frandalozo tinha o costume de fazer *backup*. Para isto, utilizava um HD externo de 1,5 TB, um grande valor de capacidade de armazenamento. O problema é que este HD apresentou defeito cerca de quatro meses antes de o computador também falhar e, como ela estava muito atarefada na época, foi adiando a hora de buscar ajuda de um técnico. Resultado: perdeu os arquivos armazenados tanto no HD quanto no *notebook*.

Dentre eles, estavam dois capítulos inteiros de sua dissertação de mestrado, na qual ela vem trabalhando recentemente. Perdeu também parte de sua

biblioteca digital, que vinha utilizando para fundamentar o trabalho acadêmico. Inclusive, algumas das publicações que ela tinha armazenado já não estão mais disponíveis na internet.

Desde então, tem procurado arquivos salvos em seu *e-mail* e pedido para que amigos lhe enviem fotos antigas, para que ela registre. A sensação, conforme descreve Frandalozo, é de um vazio.

A estudante de administração Fernanda Rossi Pizzol, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, passou por situação semelhante. Ela utilizava um *notebook* havia cerca de cinco anos quando ele parou de funcionar. Neste caso, o computador já vinha apresentando sinais de que algo não ia bem, como superaquecimento.

Pizzol perdeu todos os seus arquivos. Os técnicos chegaram a remover o HD para tentar recuperá-los em outro computador, mas foi inútil.

Melo explica que o HD é muito frágil.

Quando ocorre uma pane no computador que compromete esta peça, é possível contratar os serviços de empresas que trabalham com recuperação de HDs. Trata-se de um procedimento bastante caro, devido à complexidade da operação. O especialista ainda esclarece que nem sempre é possível recuperar um HD danificado, mas, segundo o professor Dutra, os processos de recuperação de HD têm avançado muito nos últimos anos.

Ele observa que existem ferramentas automatizadas de *backup*. Alguns antivírus e o próprio *Windows*, em suas versões mais recentes, possuem ferramentas capazes de fazer cópias dos arquivos mais importantes com poucos cliques. Independente de o usuário realizar o *backup* sozinho ou recorrer à um técnico, o professor ressalta a importância de manter a organização dos arquivos e não deixar de fazer cópias de segurança com frequência. Os especialistas garantem: a prevenção sai muito mais barato.

Cloud é a opção mais prática e barata

Desde que perdeu arquivos em razão de um problema em seu computador, a universitária Fernanda Rossi Pizzol utiliza ferramentas de armazenamento em nuvem (ou *cloud*) para guardar documentos importantes. Trata-se de salvar os dados, através da internet, em servidores como o *Google Drive* e o *Dropbox*. O bom é que muitos deles são gratuitos para até determinada capacidade de armazenamento e possibilitam compra de mais espaço, se necessário. O especialista em informática Luiz Melo acredita que, de modo geral, serviços de armazenamento

em nuvem são boas alternativas, já que garantem a autonomia do usuário e a fácil administração dos arquivos. Dentre os principais serviços, Melo recomenda os oferecidos pelo *Google*: "São gratuitos e muito confiáveis, pois utilizam um sistema de armazenamento que replica várias vezes o conteúdo do usuário". O professor Moisés Dutra, no entanto, faz um alerta: "Para controle de arquivos privados, é importante manter uma cópia local, mesmo com *backup* em nuvem". Isto pode ajudar o usuário caso a internet caia, por exemplo.

Eles podem salvar a sua vida

Desde que os computadores se popularizaram, foram criados vários dispositivos para armazenamento de arquivos, que se tornaram parceiros inseparáveis de muitos usuários. Enquanto alguns destes objetos se tornam artigos de museu, o comércio de outros se encontra em franca expansão.

Capacidade média de armazenamento:



1,44 MB

Disquete (1967)

\$ (não se encontra mais à venda) 5 anos

O disquete entrou para a história como o primeiro dispositivo móvel a ser amplamente difundido, especialmente na década de 90, mas sua capacidade de armazenamento é ínfima, comparada à de outras mídias. Encontra-se em desuso e a maioria dos computadores atuais sequer tem entrada para este tipo de disco.



700 MB

CD (1985)

\$ R\$0,90 5 a 10 anos

Sua capacidade de armazenamento permite salvar uma grande quantidade de fotos e músicas, por exemplo, mas seu custo é bastante próximo ao do DVD, que comporta, em média, quase sete vezes mais arquivos. É importante checar periodicamente se o acesso aos arquivos salvos nesta mídia ocorre normalmente.



4,7 GB

DVD (1995)

\$ R\$0,95 5 a 10 anos

Com o DVD, já se pode gravar filmes inteiros em boa qualidade, o que não era possível com mídias anteriores. Possui longa vida útil, assim como o CD, mas também exige checagens periódicas e, caso os arquivos não possam ser acessados, é necessário fazer uma nova cópia de segurança para um outro disco.



64 MB a 80 GB

Pen drive (2000)

\$ R\$10 a R\$90* mais de 10 anos**

O processo de transferência de arquivos de um *pen drive* para o computador costuma ser bastante rápido e eficiente. Seu tamanho reduzido faz dele um dos dispositivos mais práticos no que diz respeito ao transporte. Porém, justamente por isto, é preciso ter cuidado para não perdê-lo.



1 GB a 128 GB

Cartão SD (2005)

\$ R\$10 a R\$50* mais de 10 anos**

É bastante utilizado para armazenar fotos de câmeras fotográficas digitais ou arquivos de *smartphones*. No entanto, muitos computadores não têm entrada direta para este tipo de cartão, sendo necessário um adaptador com conexão USB na hora de fazer transferências.



320 GB a 2 TB

HD externo (O disco rígido foi criado em 1956, mas os discos rígidos externos só começaram a ser fabricados recentemente)

\$ R\$200 a R\$500* mais de 10 anos**

Por sua grande capacidade de armazenamento, o HD externo é um dos melhores dispositivos para fazer um *backup* completo, com todos os arquivos de um computador. Porém, em caso de danificação do disco, o processo de recuperação nem sempre é eficiente e costuma sair caro.

\$ preço médio / vida útil

* Preço baseado na comparação entre ofertas para uma unidade em diversas lojas online.

** Impreciso, depende do uso

Fontes on line (sites): HowStuffWorks (UOL) / Clube do Hardware / Museu do Computador / InfoEscola (Terra) / Edgard Baltar Jr. / Brasil Escola (R7) / G1 / Ponto XP / Sandisk / Fernando Paes

Voluntários auxiliam na readaptação de animais vítimas de maus-tratos

Prefeitura abriga hoje 105 cães e gatos abandonados

No canil da cidade de Florianópolis, sábado à tarde é dia de terapia e os pacientes são os cachorros. Um punhado de 20 voluntários espera em frente a uma corda e, a partir dali, apenas funcionários autorizados da Organização Bem-Animal (OBA) podem passar. Lá de dentro, eles voltam com um animal por vez e entregam aos voluntários, que levam os cães para passear nos jardins dos prédios da Diretoria de Bem-Estar Animal (DIBEA) e do Centro de Zoonoses, no bairro do Itacorubi. Esses encontros têm o objetivo de ajudar na readaptação desses animais com os seres humanos.

Atualmente na DIBEA moram cerca de 105 cachorros e gatos resgatados por razões de maus-tratos, que são cuidados por 12 funcionários, divididos em dois turnos. “Aqui é como se fosse um ambulatório médico. Tem centro cirúrgico, sala de tricotomia – onde é raspado o pelo do animal antes da cirurgia – e alas para os procedimentos pré e pós-cirúrgico”, explica Eduardo Cavallazzi, diretor de Bem-Estar Animal da Secretaria Municipal da Saúde. Entre as ações promovidas pela Diretoria está a castração gratuita para os cães, em que os donos possuem renda inferior ou igual a três salários mínimos. Além disso, também são organizadas campanhas de vacinação, atendimento aos animais acidentados por atropelamentos, por exemplo, e resgate das vítimas de maus-tratos. Se um cão ou gato está com alguma doença contagiosa, a DIBEA coloca o animal em quarentena.

Mas o principal objetivo da Diretoria é educar. “Muitas pessoas não sabem o que são maus-tratos. Não sabem

que a prática é crime e leva à justiça”, alerta Cavallazzi. Se condenado, a punição varia de três meses a um ano, incluindo multa. Em caso de morte do animal, a pena pode aumentar em até um terço. O que a promotoria busca fazer com frequência é negociar com os infratores para que eles façam trabalho voluntário durante alguns meses. “Aqui na DIBEA muitos deles já trabalharam ajudando a Organização nos cuidados com os animais”, acrescenta Cavallazzi.

Outro aspecto preocupante são os pontos de desova que existem na Ilha. Os principais bairros são os do Moçambique, do Rio Vermelho e da Tape-

A prática é crime e, em casos de condenação, a pena varia de três meses a um ano

ra. No verão, é quando ocorre o maior número de abandonos. Muitas pessoas usam os cachorros de rua como cães de guarda para as suas casas de praia. Com a chegada dos turistas, eles alugam as casas e abandonam os animais. Moradora do Rio Vermelho, Karla Souza, sócia-fundadora da ONG É o Bicho, confirma o alto índice de abandonos no bairro e estima que mais de cem animais passam por maus-tratos na vizinhança.

Classifica-se por maus-tratos o abandono, a violência física, deixar animais presos na corrente por longos períodos de tempo, mantê-los em locais pequenos e sujos, não abrigá-

-los das intempéries, deixá-los sem ventilação ou luz solar, não dar água e comida diariamente, negar assistência veterinária a feridos e doentes, obrigar trabalho excessivo, capturar animais silvestres, usá-los em shows que provoquem estresse e promover violências como rinhas de galo e a farra-do-boi.

“Criadores de fundo de quintal também são proibidos”, afirma Karla Souza, quando se refere à venda de animais. Para obter autorização, é necessário um alvará da vigilância sanitária, além de uma licença para a venda no município e ao menos um veterinário responsável pelo canil. Mas até com cães de raça é grande o número de abandonos. Ana Luz é uma protetora independente em São José e lida especialmente com cães da raça *chow chow*. “O que as pessoas não sabem é que os *chows chows* têm um temperamento difícil. A raça acaba com o estereótipo de violenta, assim como o *pitbull*. Então quando eles crescem, os donos abandonam”. Ana recupera um animal por vez, mas conta que vê, todos os dias, um cão de língua azul perdido na rua.

Atualmente, vivem nas ruas de Florianópolis cerca de 50 mil cães e gatos abandonados. A DIBEA promove 40 castrações diárias – 20 caninas e 20 felinas. O controle populacional é o principal objetivo da Diretoria. As ONGs, além da bandeira do direito animal, também promovem a castração fortemente – um casal de cães pode gerar, em dez anos, até 80 milhões de animais, entre filhos, netos e bisnetos. O excesso de população aumenta os casos de zoonoses. Em Florianópolis, a mais comum é a leishmaniose, transmitida pelo mosquito *Lebótomo*.



Vinte voluntários passeiam com os cachorros aos sábados no Itacorubi



Projeto de lei prevê proibição do aluguel de cães de guarda

Em Santa Catarina, um projeto de lei que proíbe o aluguel de cães para segurança está tramitando no plenário. As deputadas Ângela Albino (PCdoB) e Ana Paula Lima (PT) protocolaram o PL 0079.2/2013, que objetiva acabar com a utilização de animais em atividades tipicamente humanas.

A ideia para o projeto começou em 2012, após a promotoria não conseguir definir os responsáveis por um ataque de cão de aluguel. A discussão ressurgiu quando, em 25 de março deste ano, Juliana Fagunde Monteiro publicou no Facebook uma foto de dois cachorros no terreno da malharia Paloma, alugados da empresa Rael Cães de Guarda. Muito magros, despertaram interesse dos protetores de animais, que criaram um abaixo-assinado no site www.change.org.br para proibir o aluguel de cães de guarda, que conseguiu 116 assinaturas. Para Ângela Albino, essa atividade ainda está sem o devido controle e se o PL for aprovado, os contratos em andamento terão 12 meses para serem encerrados. Se houver descumprimento da lei, haverá multa no valor de mil reais, multiplicada pelo número de cães que o infrator possuir.



Alguns dos maus-tratos sofridos pelos animais são a violência física e o enclausuramento por muito tempo em locais precários

Lais Souza
lai.csouza@gmail.com



Situação de bares e boates continua incerta

Informações divergentes mostram descaso de órgãos públicos com a segurança na noite

É noite de sexta-feira e a universitária Ana Carolina Bogo entra em uma casa noturna que frequenta em Florianópolis. Ao subir as escadas estreitas que dão acesso à pista, ela logo se depara com uma concentração de pessoas que começa a se formar no bar. A pista é pequena e, a cada minuto, fica mais aglomerada. Bogo precisa cruzar a multidão para chegar ao segundo bar da boate e, depois de cinco minutos tentando fazer a travessia, comenta com uma amiga: "Imagina se todo mundo tivesse que sair daqui ao mesmo tempo?"

Nos últimos meses, dúvidas como essa têm se tornado frequentes devido à cobertura do incêndio que vitimou jovens na boate Kiss, em Santa Maria. Para o Promotor de Justiça Daniel Paladino, das Varas da Cidadania e do Consumidor, isso não deveria se tornar uma preocupação em Florianópolis. "Todas as casas noturnas da cidade

atendem aos requisitos mínimos de segurança, exigidos pelos bombeiros. Os quatro ou cinco bares que estavam irregulares foram fechados. Qualquer irregularidade se refere a problemas estritamente documentais", assegura, baseando-se em um relatório finalizado no dia 5 de abril pela Seção de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar.

Os nomes desses bares não podem ser citados porque, segundo o promotor, o Ministério Público não teve a chance de entrar em contato com todos os donos dos locais - ação que foi iniciada no dia 15 de abril. O Corpo de Bombeiros, por sua vez, se recusou a divulgar as informações por acreditar que essa listagem interessaria somente aos proprietários dos estabelecimentos e não ao público que os frequenta.

Apesar da aparente confiança do promotor Daniel Paladino no relatório obtido através dos Bombeiros,

funcionários da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU) admitem uma falta de mão de obra especializada nos órgãos responsáveis pela fiscalização e liberação dos alvarás de funcionamento. Por isso, muitas dessas casas noturnas estão, na verdade, abertas há mais de quatro

Para o Corpo de Bombeiros, laudos técnicos só interessam aos estabelecimentos

meses por meio de Registro Temporário Municipal (RTM), um documento provisório expedido sob promessa de adequação com prazo máximo de 90 dias. Essa informação foi confirmada pelo Secretário de Serviços Gerais da SMDU, Acácio Garibaldi, que ale-

ga não estar autorizado a comentar o assunto porque foi acordado, em reunião no final de janeiro deste ano, que somente o Corpo de Bombeiros e o Ministério Público poderiam se manifestar a respeito.

A última informação oficial sobre a situação das casas noturnas em Florianópolis foi divulgada pelo Ministério Público no final de janeiro. Contudo, segundo o promotor, o relatório entregue a ele pelos Bombeiros estava desatualizado, com estabelecimentos que já haviam fechado ou trocado de nome. "As pessoas precisavam de uma resposta urgente, então divulgamos a listagem sem que houvesse uma verificação dos dados", justifica.

A falta de informação a respeito das boates e bares criou uma sensação de insegurança em alguns frequentadores da noite catarinense. Exemplo da aluna Tamara Domschke que, após a divulgação inicial da lista de irregularidades, percebeu o alto risco

à segurança das casas que frequentava. Por isso, durante dois meses, ficou com receio de ir para a balada. "Assustava entrar na casa noturna e ficar procurando os equipamentos de segurança. Depois de um tempo preferi nem sair para não me incomodar", conta. A situação só começou a mudar recentemente, quando as notícias referentes ao desastre de Santa Maria saíram da mídia. "Estou voltando a sair com meus amigos. Depois de um tempo, você para de pensar a respeito. É como se nada tivesse acontecido".

Funcionários da Prefeitura alertam que esse comportamento tolerante é uma das razões pelas quais a situação não melhora. "Estamos com pouco pessoal trabalhando, então só fiscalizamos as casas que receberem denúncias do público. Enquanto as pessoas continuarem indo para as baladas que elas sabem que não estão regulares e não denunciarem, o poder público não vai fazer nada", conclui.



"Pessoas como eu nunca mais vão entrar em um lugar sem procurar a saída de emergência"

Vanessa Vasconcelos, membro da AVTSM

Tragédia causa mudança de hábitos

Associação de vítimas de Santa Maria cobra mais fiscalização

Desde 27 de janeiro de 2013, a população de Santa Maria (RS) resolveu cobrar uma postura mais eficiente por parte dos órgãos fiscalizadores. A sonegação de informações importantes sobre a boate Kiss rendeu ao prefeito da cidade gaúcha, Cezar Schirmer, um indiciamento por homicídio culposo, junto com outros sete acusados, após o incêndio que matou 241 pessoas. O inquérito da Polícia Civil e do Ministério Público do Rio Grande do Sul aponta que Schirmer tinha conhecimento de um laudo, feito em 2009, por um arquiteto da prefeitura, que apontava 30 falhas na casa noturna. Mesmo assim, a administração municipal manteve o alvará de funcionamento.

Hoje, quase três meses após o desastre, sobreviventes, amigos e familiares das vítimas tentam evitar que o episódio volte a se repetir. Frequentadores dos bares e das boates que ainda funcionam na região fiscalizam os locais e cobram reações dos donos dos estabelecimentos a respeito das irregularidades, exigindo uma ação rápida dos órgãos responsáveis. "O que acontece é que pessoas como eu nunca mais irão conseguir levar uma vida normal, nunca mais vou conseguir entrar em um local sem procurar a saída de emergência ou os extintores", confessa Vanessa Vasconcelos, membro da Associação de Vítimas e Sobreviventes do Desastre de Santa Maria (AVTSM) e estudante da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que perdeu sua irmã e amigos durante o incêndio.

Recentemente, em um bar onde acontecia um show, frequentadores perceberam que havia uma placa sinalizando um extintor sem a presença do objeto. Logo começaram os

compartilhamentos da foto nas redes sociais e os responsáveis tiveram que se retratar rapidamente. "Nós precisamos entender que o que aconteceu em Santa Maria poderia ter acontecido em qualquer lugar com as mesmas deficiências de fiscalização por parte do poder público e descaso da população", alerta o presidente da AVTSM, Adherbal Alves Ferreira, que também perdeu sua filha.

De acordo com Vasconcelos, dos sete estabelecimentos noturnos que funcionavam em Santa Maria, apenas um bar não precisou de reforma e atualmente só quatro permanecem abertos. As outras boates continuam fechadas até que as obras sejam concluídas.

Ana Paula Mendes
anapaulafmendes@gmail.com
Julia Ayres
julia.ayres.vieira@gmail.com

Movimento ciclístico ganha força em Floripa

Capital ainda não possui sistema adequado para atender demanda dos usuários de bicicleta

O dia mal começa e o servidor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Luiz Carlos Pereira já precisa estar atento. Às 6 horas e 25 minutos, ajusta o capacete, coloca as luvas, fecha o portão de sua casa no Campeche e começa a pedalar. Entre carros, motos e ônibus, Pereira busca um lugar longe dos buracos, dos postes e dos sacos de lixo para completar o trajeto até o trabalho. Às 7 horas da manhã, ele chega ao Hospital Universitário com um sorriso no rosto e os cabelos, que insistem em escapar do capacete, revirados pelo vento. A rotina se repete há 35 anos até este mês, quando o servidor se aposentou. O percurso Campeche-UFSC de bicicleta é, muitas vezes, mais rápido que de carro. Para Pereira, pedalar é uma questão saúde e sustentabilidade. “É incabível que uma máquina de 1200kg leve uma pessoa de 60kg, se é possível andar em uma magrela de apenas 2kg”.

Pereira não é o único a pensar assim. Embora não haja nenhum levantamento oficial que contabilize os ciclistas da capital, pesquisas mostram que esse número poderia ser ainda maior. Uma feita pelo Instituto Mapa, em 2011, mostrou que 70% das pessoas nas dez cidades mais populosas de Santa Catarina usariam bicicleta para se locomover, caso houvesse estrutura.

Atualmente, Florianópolis tem 37 km de vias ciclísticas, mas quem anda pelas ruas percebe a falta de segurança. “Nosso sistema cicloviário é uma colcha de retalhos, cheio de entroncamentos desconfortáveis e situações traumatizantes que não convidam”, conta Pereira.

A principal reivindicação do movimento ciclístico de Florianópolis é a criação de um sistema cicloviário interligado. A ciclovia difere da ciclofaixa por apresentar algum tipo de barreira física separando os veículos motorizados dos não motorizados. Na ciclofaixa, a pintura da via ou a presença de tachões determinam o lugar a ser ocupado pelas bicicletas. Em ruas que não possuem espaço suficiente para a construção de nenhuma das duas, a via é compartilhada com limite de velocidade reduzido.

O presidente da Viaciclo, principal associação de ciclo usuários da capital, Daniel Costa, acredita que é possível implantar uma malha cicloviária de baixo custo na cidade, se houver vontade política. Para ele, seis meses são suficientes para criar soluções viáveis – pintura, sinalização, construção de ciclofaixas e redução de velocidade. “A cidade precisa perceber que quanto maior o número de bicicleta nas ruas, mais humanizada ela se torna e menos carros vão circular”, afirma Costa.



Luiz Pereira, servidor aposentado da UFSC, percorria 15 km sobre duas rodas diariamente para ir ao trabalho



À esquerda, o desrespeito às ciclofaixas na rua Bocaiúva, Centro. E à direita, o bicicletário do CCE, UFSC



Pâmela Carbonari/Zero

Pedalar com segurança depende de respeito e educação para o trânsito

Além da estrutura viária, é necessário que a população entenda que as bicicletas também são parte do trânsito. Segundo o presidente da Viaciclo, já existe mais respeito por parte dos motoristas, se comparado há alguns anos atrás. Esse progresso se deve, principalmente, à visibilidade conferida pelas manifestações, que reivindicam melhores condições. A Bicicleta, que acontece no Dia Mundial Sem Carro; a Pedalada Pelada e o Ghost Bikes, bicicletas brancas colocadas em locais de acidentes fatais.

Voluntários incentivam o uso de bicicletas como alternativa para o transporte

Saber pedalar nas ruas e seguir as normas previstas no Código Nacional de Trânsito são atitudes fundamentais para segurança dos ciclistas e contribuem para que sejam mais respeitados. Na Holanda, país com mais bicicletas que habitantes, aprender a pedalar é disciplina obrigatória nas escolas. Segundo dados do Dutch Cycling Embassy, instituto que promove as bicicletas como transporte urbano ecológico, 75% dos alunos do ensino médio vão para a escola de bicicleta, enquanto apenas 6% realizam o percurso de carro.

No Brasil, embora a maioria dos ciclistas aprenda informalmente com

familiares ou amigos, o grupo de voluntários Bike Anjo, presente em 21 estados, orienta pessoas que não sabem pedalar e ciclistas iniciantes a andarem de bicicleta no trânsito. O Bike Anjo trabalha dando dicas de como pedalar, ter noção do espaço, sinalizar e andar no ritmo da via. Os 30 voluntários que trabalham em Florianópolis já ajudaram mais de 100 pessoas desde 2012, ano em que o serviço começou. Cada atendimento é personalizado e a pessoa é acom-

panhada no seu trajeto diário quantas vezes forem necessárias. Para Vinicius Leyser, representante do grupo na capital catarinense, todo o trabalho é recompensado ao ver mais um ciclista nas ruas andando com confiança e responsabilidade. “A bicicleta não é só um esporte é, acima de tudo, um veículo democrático. Por isso é gratificante ver alguém que você ensinou a pedalar usando a bike como meio de transporte, andando no trânsito, sabendo sinalizar e bem inserido no fluxo”, conclui.

Pâmela Carbonari
pamelacarbonari@gmail.com
Paula Salvador
paulacarninsalvador@gmail.com

Projetos prevêm criação de ciclovias

Intenção é diminuir fluxo de carros para melhorar mobilidade

Desde 2001, a Lei Complementar nº 078/2001 prevê a criação de espaços para os ciclistas em todas as obras do município, seguindo a hierarquia de que o pedestre tem a preferência, seguido da bicicleta, do transporte coletivo e, por último, o veículo particular. O Secretário Adjunto de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, Jefferson Fonseca, ressalta que o problema da mobilidade envolve o governo estadual e a região metropolitana. Fonseca afirma que a Prefeitura está comprometida para que hajam opções alternativas ao uso do carro como principal meio de transporte – principalmente através da Comissão

Municipal de Mobilidade Urbana por Bicicleta de Florianópolis, a Pró-Bici.

Uma iniciativa municipal em andamento é o Floribike – Bicicleta Pública para Florianópolis, que prevê a construção de 34 km de ciclovias e ciclofaixas e de 68 pontos de aluguel de bicicletas. A previsão do gerente administrativo financeiro da Secretaria, Bruno Negri, é de que até o final do ano todas as estações estejam implantadas. O prazo exato depende da complexidade do projeto que a empresa selecionada apresentar.

Dentro da UFSC, há um projeto em andamento para a construção de 10 km de ciclovia. Em 2010, apenas 1,74%

dos meios de transporte que acessavam o campus eram bicicletas. O professor de Engenharia Civil e presidente do projeto, Antônio Marcon, explica que a ideia é tirar os carros de dentro da UFSC. “Temos uma visão para a universidade e uma para a comunidade. Quando se pensou nesse projeto, se imaginou que o espaço ficasse lotado de pessoas também nos finais de semana”. Segundo ele, esta seria a primeira universidade brasileira com uma malha cicloviária. Para ser posto em prática, depende de uma aprovação do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia e da alocação de recursos pela Reitoria.

Incentivo à compra da primeira casa própria

Programa do governo federal libera recursos para famílias com até seis salários mínimos

Criado em 2009, o Minha Casa, Minha Vida é um programa do governo federal que tem como objetivo facilitar a aquisição de moradias para famílias que ganham entre R\$1.600 e R\$5.400. São priorizados os casos de quem vive em áreas de risco, mulheres chefes de família, portadores de necessidades especiais e idosos. A meta do governo era entregar um milhão de moradias até 2011 e dois milhões entre 2011 e 2014. Até o momento foram entregues mais de 2,5 milhões, sendo mais da metade para famílias com renda mensal de até R\$1.600.

Para quem quiser participar, é recomendado fazer cadastro na prefeitura ou em uma entidade organizadora habilitada pelo Ministério das Cidades, que é responsável por estabelecer os cri-

térios nacionais de seleção para o programa. Na prefeitura, o cadastro é feito pelo CadÚnico, uma ferramenta usada pelos governos federal, estadual e municipal para obter o diagnóstico socioeconômico da família de baixa renda.

As entidades organizadoras são responsáveis por executar os empreendimentos. Para isso, elas entregam um estudo prévio de viabilidade e da proposta de intervenção urbana ao ministério, que aprova e autoriza a construção. Por isso é importante que o interessado se informe sobre a história delas e os projetos que já realizaram. É possível consultar os nomes das entidades selecionadas no Diário Oficial da União ou no portal do ministério.

Rafael Traesel, 28 anos, é estudante do 4º período de Letras/Português, na Universidade Federal de Santa Catari-

na (UFSC) e divide um apartamento no bairro Itacorubi com dois amigos. Ansioso, ele conta que já deu entrada na compra de um imóvel na Cachoeira do Bom Jesus, no Norte da Ilha. A previsão de entrega é para o mês de julho do ano que vem. O estudante aderiu ao programa pelo Banco do Brasil no início deste ano e escolheu o banco como agente financeiro porque já era correntista de lá. "Foi mais fácil juntar toda a documentação, além disso, foi onde eu encontrei uma taxa menor de serviço", diz Traesel, que espera juntar dinheiro suficiente para mobiliar o apartamento até a entrega da chave, quando começa o pagamento das prestações.

Aline Ribeiro

alinealbuquerque@brasil.com



Imóvel de Rafael está em construção e será entregue em julho de 2014



Marina e a irmã compraram imóveis como investimento, contrariando propósito do Minha Casa, Minha Vida

Minha Casa, Minha Vida reajusta valor das aquisições imobiliárias

Em outubro do ano passado, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) corrigiu o valor máximo dos imóveis que podem ser adquiridos pelo programa. Nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, o teto deixou de ser R\$170 mil e passou a ser R\$190 mil. Em municípios com população superior a 250 mil habitantes, esse valor passou de R\$130 mil para R\$145 mil. Nos municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes, como Palhoça e São José, o preço passou de R\$100 mil a R\$115

mil. Nas demais cidades, a alteração foi de R\$80mil para R\$90mil. Para as capitais, como é o caso de Florianópolis, o teto é de R\$170 mil.

A taxa usual de juros usada no Minha Casa, Minha Vida de 5% não mudou para as faixas de renda entre 0 e 3 salários mínimos e nem para a faixa de 3 a 5 salários mínimos, que permanece de 6%. Já para rendimento entre 5 e 6 salários mínimos, a taxa caiu de 8,16% para 7% ao ano. O valor do subsídio (desconto para famílias de baixa renda) passou de R\$23 mil para R\$25 mil.

Especulação imobiliária afeta programa

Marina Moraes, 26 anos, é professora de inglês e mora com o marido e filha no apartamento do seu sogro. Ela contratou o financiamento de um imóvel, em 2009, na Palhoça, pelo programa, com o objetivo de alugar. "É um investimento, a gente não sabe o dia de amanhã", diz Moraes. Sua irmã e estudante de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Sabrina Moraes, decidiu fazer a mesma coisa. Ela mora com a mãe no Kobrasol, mas contratou o financiamento da Caixa para pagar em 30 anos. Sua intenção é quitar o imóvel antes do prazo acordado. "Cabia no meu orçamento e, como as parcelas diminuem mês a mês, quero terminar de pagar esse para comprar outro melhor no futuro", diz a estudante.

O professor de Ciências Econômicas da UFSC, Hoyêdo Lins, diz que esse tipo de leitura do mercado pode ser arriscada. Para ele, investir em imóveis representaria garantias patrimoniais diante das incertezas e oscilações do mercado. Além disso, o valor do aluguel não corresponderia, segundo

o professor, ao valor intrínseco do apartamento, pois há uma divisão urbana que impactaria no preço. "Os imóveis localizados fora da ilha possuem um valor mais baixo e isso acontece por causa da segregação urbana que políticas de habitação como o Minha Casa, Minha Vida estimulam", diz Lins.

Não há nenhuma regra explícita no manual do beneficiário que impeça a aquisição de um imóvel pelo programa para o objetivo de investir. No entanto, a Caixa afirma que, entre o 31º e o 60º dia após a assinatura do contrato, juntamente com a entrega do apartamento, é enviada correspondência ao beneficiário na modalidade mão-própria, serviço opcional dos correios que garante ao remetente a entrega do objeto somente ao próprio destinatário, por meio de confirmação de identidade. A Caixa também afirma utilizar relatórios fornecidos pelas empresas concessionárias de energia elétrica em que são informados os consumidores residentes e seus CPFs.

Principais requisitos para ser selecionado

- Ser indicado pela entidade organizadora;
- Ser maior de idade ou menor emancipado com 16 anos completos;
- Ter CPF regular na Receita Federal;
- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Se estrangeiro, ter visto permanente no Brasil.

O que impede a seleção?

- Possuir registro de dívidas no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal do Banco Central (CADIN);
- Possuir débitos não regularizados junto à Receita Federal;
- Ser detentor de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do país;
- Ter recebido em qualquer época subsídios com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) ou Fundo de Arrendamento Residencial (FAR);
- Ter ou estar em processo de compra de outro imóvel.

MEC reduz exigências do *Ciência sem Fronteiras* para preencher mais vagas

Idioma é principal dificuldade dos estudantes inscritos

Após ser lançado pelo Ministério da Educação (MEC), em julho de 2011, o programa *Ciência sem Fronteiras* parecia uma medida certa para alavancar o desenvolvimento tecnológico brasileiro. O objetivo era oferecer 101 mil bolsas para estudantes de graduação e de pós-graduação até 2015 e milhares de alunos viram surgir a oportunidade de aperfeiçoar seus estudos. Porém, até agora, a expectativa do MEC está longe de ser alcançada: quase dois anos depois, apenas 22% da meta foi atingida.

Mas a baixa adesão ao programa não significa desinteresse dos universitários. Pelo contrário, foram 40 mil inscritos somente no primeiro edital em 2011. O problema é que a grande maioria dos estudantes não atingem os requisitos mínimos exigidos, especialmente nos testes de idioma. Para contornar a situação, o MEC passou a afrouxar as exigências - como baixar a nota da proficiência - e criar alter-

nativas que permitissem que mais alunos fossem enviados ao exterior, como o *Inglês sem Fronteiras*, curso online e gratuito para estudantes.

Na chamada para os Estados Unidos em 2012, por exemplo, foram oferecidas cinco mil vagas, e apenas 1622

Alguns editais baixaram até 50 pontos na nota de proficiência da língua estrangeira

foram preenchidas. Para reverter este quadro, todos os editais tiveram mudanças. A Coréia do Sul baixou a nota mínima de proficiência de 80 pontos (de um total de 120) em 2011 para 70 em 2012. A situação na Austrália foi a mais grave: no início eram exigidos 90 pontos, mas uma retificação permitiu que a nota caísse para 39. O MEC afirmou, na época, que os alunos que não atingissem os índices mínimos seriam contemplados com curso de idioma no exterior, dois ou três meses antes do início das aulas.

Especialistas questionam a eficácia e os impactos dessas medidas na qualidade do programa. Para o cientista político e colaborador de *O Estado de S. Paulo*, Alexandre Barros, o governo pode estar dando um tiro no pé: "Não é fácil escolher 100 mil pessoas para mandar ao exterior assim, de supetão. Os estudantes que não forem fluentes no idioma não entenderão as aulas, e podem, inclusive, ter problemas com a adaptação".

O tempo para aperfeiçoar a língua varia de acordo com o país e o grau de

conhecimento que o aluno possui. Jonas Hegele, estudante da 9ª fase de Engenharia Mecânica da UFSC, está na Alemanha e recebeu cinco semanas de curso. "Minhas atividades na universidade ainda não começaram, mas pelo que percebo do uso do meu alemão no dia-a-dia e também do depoimento de bolsistas de chamadas anteriores, esse curso não é suficiente para conseguir acompanhar as aulas no início. O programa admite participantes com nível A2 (básico) na prova de proficiência, e não são cinco semanas de curso que vão fazer ele virar um C1 (avançado)".

No caso da França, a coordenadora pedagógica da Aliança Francesa, Marcela Guedes Pimentel, acredita que o tempo de dois meses seja suficiente para se aprender o idioma. "A carga horária é pequena, mas como o aluno vai estar imerso na cultura, vivenciando e praticando a língua o tempo todo, é suficiente".

Outra preocupação de professores e especialistas é em relação à qualidade de ensino em várias instituições do exterior que, segundo Barros, pode ser inferior às do Brasil. "Muitas das universidades estrangeiras são irresponsáveis. Por causa da crise, elas estão desesperadas, então abrem suas portas para estudantes (e dinheiro) brasileiros, mas às vezes não têm a estrutura necessária para recebê-los".

É válido lembrar que a maioria das universidades estrangeiras possui uma dinâmica diferente das instituições brasileiras e as disciplinas poucas vezes são equivalentes. O aluno da décima fase de Engenharia Mecânica da UFSC, Lucas Augustin, está na Holanda desde setembro de 2012. "Meu curso no Brasil é mais puxado teoricamente, mas aqui eles estão focados principalmente na parte prática: o curso dura quatro anos, sendo que três são de estudo e um de estágio".

Já a coordenadora do *Ciência sem Fronteiras* na UFSC, Juliana Ferreira, acredita que, apesar dos problemas, o programa é uma ótima iniciativa. "Muitas das universidades conveniadas estão no topo dos rankings mundiais. O MEC ainda está tentando estruturar o programa; já está bem melhor do que era, mas ainda não é o ideal. Com o tempo chegaremos lá."

Nayara Batschke
nayara.oliveira23@gmail.com



Jonas Hegele embarcou antes para estudar alemão por cinco semanas

Exclusão de pelo menos 24 cursos gera polêmica

Outro ponto de debate do programa é a exclusão de pelo menos 24 cursos nos editais, alguns da área da Saúde, mas a maioria de Humanas. A questão chegou à Justiça, já que milhares de estudantes se sentiram prejudicados e moveram processos contra o MEC. Após reviravoltas, o Tribunal Regional Federal (TRF) decidiu suspender a liminar que permitia a inscrição destes alunos. No dia 9 de janeiro deste ano, o MEC publicou no Diário Oficial da União uma portaria deixando claro que a decisão de "definir a pertinência das candidaturas às diversas áreas e temas, conforme o curso de origem dos candidatos" cabe à Capes e ao CNPq, agências financiadoras do programa e subordinadas ao Ministério.

O MEC afirma que "a decisão é por área, não valendo a de Humanidades. Só valem as áreas prioritárias do programa, voltado às ciências básicas". O cientista político Alexandre Barros critica o argumento. "Entendo por que querem isso, todo o desenvolvimento e avanço do Brasil depende da matemática e das engenharias, economicamente falando. Mas o *Ciência sem Fronteiras* é um programa governamental, então não pode ter caráter discriminatório".

Mesmo nas chamadas em que todos podiam concorrer, a diferença entre o número de aprovados das áreas de Humanas e Tecnológicas era enorme. No edital para os Estados Unidos, foram contemplados 1622 alunos até agora, sendo apenas 52 da área indústria criativa. A principal queixa destes estudantes é que ao invés de selecionar pessoas qualificadas da Humanas, o MEC prefere beneficiar alunos da área de exatas que, muitas vezes, não cumprem os requisitos e não estão academicamente preparados.

A coordenadora do programa na UFSC, Juliana Ferreira, defende a inclusão de todas as áreas. "A posição de todos aqui na Sinter (Secretaria de Relações Internacionais da UFSC) é a de que alunos de todos os cursos deveriam competir igualmente, mas, infelizmente, nós não temos como influenciar a decisão".

A situação fez com que milhares de estudantes se unissem: além de processos coletivos contra o MEC, no final de 2012 foi criado, no Facebook, o grupo *Ciência COM Fronteiras*, que já tem 2926 membros. Em abril, a estudante de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Thainá Targino, escreveu uma Carta Aberta para a presidenta Dilma Rousseff pedindo a inclusão das Humanas no programa. A Carta foi enviada para o gabinete da presidência, para a Capes, CNPq e para a imprensa, mas não houve resposta até agora.



Camilla Peixer

Sinter coordena o *Ciência* na UFSC



Lucas Augustin

Cursos da área tecnológica são mais práticos na Holanda que no Brasil

Confeiteira ajuda famílias carentes com arrecadação da venda de doces caseiros

Moradores de São José e Palhoça recebem assistência

Chovia muito e, mesmo assim, a doceira Marisol Ribas da Silva Júlia, 45, subiu o Morro São Luiz, também conhecido como Morro do Avaí, em São José, para entregar cestas básicas, kits de material escolar infantil e roupas para uma família carente. Há 27 anos, ela ajuda todo mês pessoas que passam necessidades. Atualmente, ela presta assistência a um total de 38 famílias do Morro São Luiz e das comunidades palhocenses Frei Damião, Brejaru e da Ponte do Imaruim.

A visita daquela tarde era para atender a uma família em especial, composta por seis irmãos e mais 11 crianças, divididos em três casinhas de madeira com apenas um cômodo cada, em meio à lama e ao mato. Até outubro de 2012, viviam ali também outros dois irmãos dessa família, ambos com esclerose múltipla. Marisol,

com ajuda da amiga Zélia Andrade, conseguiu abrigá-los na instituição de caridade Orionópolis, para que recebessem cuidados adequados.

Zélia é assistente social aposentada e há dois anos auxilia Marisol a arrecadar doações e fazer as entregas. Ela diz que o trabalho de Marisol é muito importante e significa muito para as famílias, é algo de que eles dependem para sobreviver, tal a precariedade com que vivem. Da mesma forma, significa muito para a própria Marisol. “Ela batalha muito pelas comunidades”, conta a amiga.

Há seis anos, Marisol faz uma espécie de cadastro detalhado das famílias que ajuda: nome, local de moradia, que tipos de necessidades as pessoas têm. Semanalmente, ela destina a venda de um dia inteiro de produção de doces para doação. Se ela não atinge a arrecadação mínima para ajudar as

famílias cadastradas, tira de seu próprio bolso. Frequentemente, alguém necessita de uma ajuda extra (para realização de exames, compra de mantimentos e remédios) e ela pede a seus clientes mais fiéis que comprem mais doces e a ajudem a levantar o dinheiro de que precisa para auxiliar a família naquele momento. Ela chama essas assistências extras de “campanhas”, e conta com o apoio de amigos, conhecidos e familiares.

Marisol fala de cada pessoa a quem ajuda com imenso carinho, como se elas fizessem parte de sua própria família. A aceitação dessas pessoas, que a recebem com abraços calorosos, demonstra a reciprocidade do afeto e mostra o quanto aquele auxílio significa para elas.

Jéssica Trombini
jehtrombini@gmail.com



Uma vez por mês, comunidades carentes recebem o auxílio da doceira

Fé da doceira estimula seu trabalho

Marisol fez uma promessa para vencer problemas financeiros

O trabalho solidário de Marisol começou com uma promessa que ela fez aos santos Cosme, Damiano e Doum quando ela e seu pai passaram por um período de grande dificuldade financeira. O pai, com quem ela morava, desenvolveu insuficiência renal crônica e precisava de remédios, exames periódicos e hemodiálises no Hospital Governador Celso Ramos. Eles viviam em Barreiros, em São José, e tinham dificuldade de se deslocar até o centro de Florianópolis. Sobreviviam apenas com o salário mínimo do pai aposentado, que não era suficiente nem mesmo para pagar o transporte e comprar os remédios necessários para o tratamento.

Como não conseguia emprego, uma tia de Marisol lhe sugeriu que fizesse doces artesanais para ajudar na renda da casa, e ela aderiu à ideia. O único problema era que Marisol não sabia conquistar clientes. “Eu sabia fazer o doce, mas vender que é bom, nada!”, recorda, rindo. Ela vendia os doces na rua e tinha de contar com a sorte para conseguir dinheiro. Foi então que fez a promessa, à noite, enquanto preparava seus doces – que são feitos de madrugada para estarem frescos no dia seguinte.

“A solidariedade é um caminho sem volta. Ao se iniciar, você se envolve com a situação”

Pedi aos santos que, se conseguisse sair daquela situação, ajudaria durante um ano famílias que tivessem mais necessidade que ela e seu pai.

Marisol relata, impressionada, que a resposta foi imediata: no dia seguinte, uma senhora, de cujo nome já não se lembra, passou por ela na rua, ficou curiosa para conhecer seu trabalho e garantiu que, se gostasse de seus doces, a contrataria para o casamento de seu filho. A mulher gostou e, a partir dali, um cliente a indicava para outro, até que Marisol passou a ser contratada para vários eventos.

Suas primeiras doações foram no Morro do Mocotó, na Capital. Mesmo depois de cumprir sua promessa, a mulher continua ajudando as pessoas carentes, pois considera que recebeu uma graça muito grande e, além disso, “a solidariedade é um caminho sem volta.

Ao se iniciar, você se envolve com a situação daquelas pessoas”.

Marisol conta que muitas vezes pensou – e admite que ainda pensa – em desistir, principalmente ao se deparar com objetos doados jogados fora ou quando descobre que alguém vendeu as doações para comprar drogas. Por esse motivo, depois de dois anos de doações, decidiu amparar pessoas doentes e que não tivessem condições para se tratar. Apesar disso, ela não está livre de situações desagradáveis. “Mesmo com todas as decepções e dificuldades, eu não sei por que eu não desisto”, diz emocionada. Ela sempre se pergunta o que vai acontecer com aquelas famílias se não tiverem mais seu apoio, e decide continuar.

Além das doações, Marisol ajuda as pessoas tentando melhorar a situação em que vivem. Ela já conseguiu auxílio para internar usuários de drogas, convenceu pessoas a arrumar trabalho ou estudar e considera uma vitória imensa quando alguém muda de condição de vida. Ela diz que sabe que não pode salvar ninguém, mas faz o possível e o que está ao seu alcance para ajudar e garante: “Querendo, a gente consegue fazer tudo”.



A doceira Marisol doa parte de seu lucro para ajudar pessoas carentes...



...e faz questão de entregar pessoalmente cada mantimento arrecadado